



marisa
**Relatório da
Administração
2019**

Sumário

Mensagem da Administração	3
Resultados do trimestre e do ano 2019.....	6
Demonstrações Financeiras Padronizadas	18
Notas explicativas.....	31
Parecer do Comitê de Auditoria.....	117
Relatórios dos Auditores Independentes.....	118
Parecer do Conselho Fiscal.....	126
Declarações da Diretoria sobre as Demonstrações Financeiras.....	127
Declarações da Diretoria sobre o Relatório dos Auditores Independentes.....	131

Mensagem da Administração

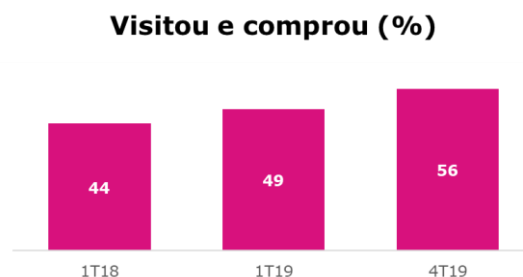
O ano de 2019 para a Marisa foi de extrema importância na consolidação do processo de transformação da Companhia. Após 5 anos de vendas *flat* ou com variação negativa, a Marisa apresentou crescimento expressivo em SSS durante todos os trimestres do ano, sendo que no quarto trimestre, o mais importante deles, tal evolução chegou a 9,5%. Isso, mesmo diante de condições macroeconômicas ainda pouco favoráveis, particularmente para o público-alvo da Marisa, predominantemente as mulheres de classe C – o mais afetado pelos atuais níveis de desemprego.

Como é sabido, nos últimos 3 anos a Companhia trabalhou incansavelmente na implementação de medidas reestruturantes em todos os pilares da operação, tais como: eficiência de SG&A; refinamento nos processos de alocação; melhorias no produto e qualidade; consistência das campanhas de marketing; novo modelo de operação de lojas; e por fim, um completo redesenho do escritório central de forma a torná-lo mais ágil, simples e de menor custo. Para complementar, ainda em 2019 foi concluído o processo de saneamento da rede de lojas, de forma a deixar o parque remanescente mais eficiente em termos de resultados e relevância de cobertura geográfica. Além da maior eficiência, os ganhos obtidos nessas etapas permitiram que a Companhia aumentasse significativamente sua *ALAVANCAGEM OPERACIONAL* a partir de reduções reais em SG&A/m² na ordem de 40%.

A *RETOMADA DAS VENDAS* em 2019 apresenta-se como uma resposta positiva a tais medidas, podendo ser vista quase como uma consequência natural das mesmas. A evolução nos processos de alocação, com a implantação do abastecimento por *mini packs*, e o sistema de “pulmão” nos CDs, garantiram maior assertividade na distribuição dos produtos para as lojas, assim como um menor *leadtime*, permitindo que a cadeia como um todo pudesse operar de forma segura com um menor nível de estoques. O desenvolvimento de produto recebeu atenção especial, com o reforço das equipes; melhorias nos processos de pesquisa e desenvolvimento de coleção; e a implementação de uma estrutura e processos de assecuração de qualidade. Num primeiro momento, o foco principal foi dado às categorias mais relevantes da operação, feminino e lingerie, as quais responderam com crescimentos de duplo dígito no ano de 2019. As categorias secundárias, como a de acessórios, infantil e masculino, também começaram a apresentar resultados muito relevantes, em função de iniciativas realizadas mais recentemente.

Acompanhando a evolução em produto, a Marisa desenvolveu uma nova estratégia de marketing, com mais qualidade, clareza e consistência na comunicação com a cliente. Mostrando uma *NOVA MARISA*, que oferece *MAIS MODA*, *MAIS TENDÊNCIA* e *MAIS QUALIDADE* em seus produtos. As campanhas refletiram, de certa forma, a realidade vivida pela Companhia, ao falar de uma mudança estrutural, uma mudança que vem de dentro. Além disso, expandimos nossa presença de marketing online, começando a realizar parcerias importantes com micro influenciadoras digitais que possuem uma grande proximidade e integração com nosso público alvo.

A combinação entre as estratégias comercial de marketing praticada durante o ano resultou, além do crescimento em vendas em todos os trimestres, numa importante evolução no processo de reconquista das nossas clientes – conforme mostrado no gráfico ao lado. Cada vez mais as clientes voltam a considerar a Marisa no momento de ir às compras; assim como também é crescente o número de clientes que ao visitar nossas lojas finalizam a visita com uma compra, resultando em um SSS cada vez mais impactado por fluxo e menos por preço.



É extremamente importante, nesse ponto, ressaltarmos o papel do canal *ECOMMERCE* no processo de expansão das vendas do varejo. Com crescimento de 61,3% ao longo de 2019, e bastante homogêneo em todos os trimestres, a participação do canal nas vendas totais da Companhia fecha o ano já próximo a 6%. O *OMNICHANNEL*, que teve seu projeto piloto implementado no final de 2018, durante 2019 consolidou-se como uma operação extremamente relevante tanto para a reconquista de clientes quanto para o crescimento do fluxo em lojas físicas, sendo que no 4T19 o *PICK UP IN STORE* já representava 40,3% dos pedidos do *ecommerce*, com um taxa de recompra em loja já próxima de 20%. No final de dezembro de 2019 a Marisa já possuía 182 lojas com o serviço *PICK UP IN STORE*, e 36 lojas, ainda em fase piloto, com o *SHIP FROM STORE*.

Para complementar a sequência de fatos positivos no lado do varejo, no segundo semestre a Marisa firmou uma importante parceria com a Magalu para um projeto de *STORE IN STORE*, no qual a Magalu será responsável pela venda de celulares e acessórios em 300 de nossas lojas. Além disso, as lojas em que a Magalu possuir tal operação serão também pontos de *PICK UP* para as vendas online tanto da Magalu, quanto da ZATINI e NETSHOES. Mais uma importante alavanca de fluxo para as nossas lojas, particularmente em regiões onde não existe sobreposição de lojas físicas.

Numa outra dimensão da nossa operação, também vale destacar que durante mais um ano a área de produtos e serviços financeiros apresentou performance bastante robusta, com nossa operação de cartões suprindo de forma adequada e segura a demanda de crédito derivada da retomada das vendas do varejo. Após ter implementado uma série de iniciativas voltadas a modernização e digitalização dos processos de modelagem, análise e recuperação de crédito, a área, que também passou por reforço em sua liderança, volta-se agora ao desenvolvimento de sua operação digital cujo desenho, já em fase de planejamento, deve ser apresentado ao longo de 2020.

Por fim, vale destacar que um pilar de extrema importância estratégica na recuperação das nossas operações tem sido a consolidação da liderança da Companhia, particularmente com a escolha de um executivo da casa para o cargo de CEO. Tal movimento tende a garantir a continuidade da estratégia desenhada e ora em implementação, uma vez que o mesmo time de liderança já vinha trabalhando em conjunto desde o início do processo de *turnaround* em 2017.

Outra alavanca de extrema importância para a Companhia deriva da sua governança, em constante processo de aperfeiçoamento. O nosso Conselho de Administração, cuja liderança já era exercida por membro independente, ao longo do ano foi reforçado com a entrada de dois novos executivos com importante expertise nas respectivas áreas de atuação - o Sr. Haroldo Rodrigues e o Sr. Leonel Andrade. As duas vagas remanescentes no Conselho da Companhia deverão preenchidas também por membros independentes, devendo ser priorizada a presença de mulheres. Atualmente, o Conselho da Marisa atua com apenas um membro não independente, de sua composição total de cinco membros. Além disso, durante 2019 a governança da Companhia foi novamente reforçada com a implementação do Conselho Fiscal.

FOLLOW ON - Em dezembro de 2019, a Marisa S/A realizou um aumento de capital de R\$ 550 milhões, o que possibilitou importante desalavancagem financeira da Companhia, assim como melhoria na sua estrutura de capital de giro. Após tal operação, a liquidez média diária das ações da Companhia em bolsa aumentou em aproximadamente dez vezes, o que viabilizou a entrada de investidores de maior porte em nossa base acionária, e deverá impulsionar a captura do valor intrínseco da nossa operação em nossas ações - AMAR3.

PERSPECTIVAS 2020

O ano de 2020 teve início com uma perspectiva muito positiva de recuperação e consolidação do crescimento da operação de varejo da Companhia. Alavancagem operacional excepcional combinada a uma recuperação de vendas e ganhos de margem consecutivos deverão impactar de forma bastante positivas nos resultados da Companhia. Como acelerador de tal processo, acreditamos que o cenário macroeconômico - *superados os eventos*

relacionados ao CORONAVÍRUS – deverão gradativamente voltar a oferecer um ambiente cada vez mais favorável, com baixas taxas de juros baixas e inflação, assim como uma maior estabilidade nas taxas de desemprego, garantindo uma recuperação no poder de compra dos consumidores.

Para 2020 a Marisa elencou quatro importantes pilares estratégicos. O primeiro deles é o **foco na cliente**, com a evolução para um modelo operacional que coloca a mulher no centro de tudo - e tem como um dos seus principais objetivos elevar a sua auto-estima. A adoção do sistema NPS na rotina de nossa operação é extremamente relevante nesse contexto, para que possamos cada vez mais conhecer e entender nossa cliente, suas necessidades e ambições.

O segundo pilar estratégico será a **obsessão pelo topline**, mantendo **consistência no posicionamento e na proposta de valor**. Nesse sentido, a execução do plano comercial com assertividade nas coleções e campanhas será sempre essencial. As lojas também devem estar preparadas para atrair e receber a cliente, com bons serviços e atendimento. Será concluído o *rollout* das novas iniciativas de lojas de rua, que tem demonstrado resultados relevantes, assim como concluídos os testes para lançamento de um novo modelo de loja a ser utilizado nas futuras reformas e aberturas.

Como terceiro pilar, vamos avançar na **transformação digital do varejo** construindo uma operação de *omnichannel*, cujos testes iniciais tem mostrado alta aderência às nossas clientes. Os *rollouts* dos serviços de *pick up in store* e *ship from store* serão concluídos durante 2020, com 300 lojas com *pick up in store*, e 190 lojas com o *ship from store*, garantindo às nossas clientes uma maior economia e agilidade na entrega de seus pedidos. O *rollout* da parceria com a Magalu também será concluído em 300 lojas, oferecendo a nossas clientes novas categorias de produtos e agregando maior fluxo a nossas lojas.

E, por fim, como quarto pilar, continuaremos focando em contínuos ganhos de eficiência operacional, buscando incansavelmente um **modelo de baixo custo**.

Finalmente, sendo a Marisa a marca que tem como foco a mulher, que está presente em seu dia-a-dia, a apoiando na conquista dos seus sonhos, já iniciamos o processo de pesquisa para desenvolvimento de uma nova área de produtos e serviços financeiros. Suportada pelos novos modelos de operação digital disponíveis no mercado, o novo modelo buscará evoluções tanto no portfólio de produtos oferecidos quanto na experiência da cliente, também considerando o conceito de omnicanalidade.

Aos nossos clientes, colaboradores, fornecedores e acionistas, nosso muito obrigado.

Marcelo Pimentel

Presidente

Hector Núñez

Presidente do Conselho de Administração

Resultados do trimestre e do ano 2019

Destaques

- Crescimento de vendas em SSS de 9,5% no 4T19, e 7,0% no FY19;
- E-commerce com crescimento de 68,2% no 4T19 e 61,3% no FY19;
- Lucro Bruto do varejo crescendo 4,6% a.a., com Margem Bruta de 48,8% no 4T19;
- EBITDA Ajustado de varejo com crescimento de R\$ 33,1 milhões no 4T19, e de R\$ 70,0 milhões no FY19 – bases recorrentes;
- EBITDA de Produtos e Serviços Financeiros com crescimento de 69,3% no 4T19, e 11,4% no FY19 – bases recorrentes;
- EBITDA Ajustado Total obteve com crescimento de 114% no 4T19 e 123% no FY19 – bases recorrentes.

Destaques Financeiros (R\$ mn)	4T18 Recorrente	4T19	4T19 Pró-forma	Var (%) vs Pró-forma
Receita líquida - Varejo	661,4	707,9	707,9	7,0%
SSS	-0,5%	9,5%	9,5%	
Lucro Bruto Varejo	330,2	345,2	345,2	4,6%
Margem Bruta	49,9%	48,8%	48,8%	-1,2 p.p.
SG&A Varejo	(301,5)	(239,2)	(301,4)	0,0%
EBITDA Ajustado Varejo	21,3	116,5	54,4	n.s.
EBITDA PSF	19,9	54,4	54,4	n.s.
EBITDA Ajustado Total	41,1	171,1	108,9	n.s.

n.s. - não significativa

Destaques Financeiros (R\$ mn)	2018 Recorrente	2019	2019 Pró-forma	Var (%) vs Pró-forma
Receita líquida - Varejo	2.163,0	2.255,9	2.255,9	4,3%
SSS	-2,2%	7,0%	7,0%	
Lucro Bruto Varejo	1.043,3	1.056,0	1.056,0	1,2%
Margem Bruta	48,2%	46,8%	46,8%	-1,4 p.p.
SG&A Varejo	(1.099,4)	(836,8)	(1.066,7)	-3,0%
EBITDA Ajustado Varejo	(52,9)	247,0	17,2	n.s.
EBITDA PSF	156,0	173,7	173,7	11,4%
EBITDA Ajustado Total	103,2	420,7	190,9	85,1%

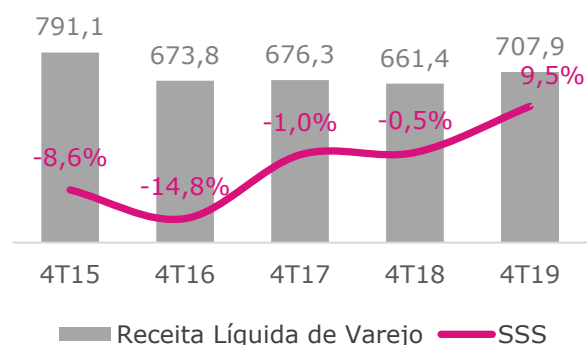
n.s. - não significativa

Indicadores Financeiros

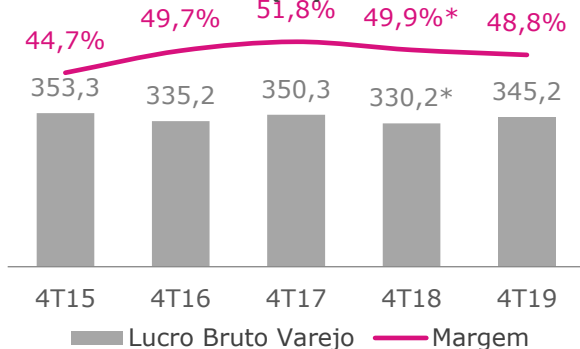
Varejo

Receita Líquida e Lucro Bruto

Receita Líquida (R\$mn) e SSS (%)



Lucro Bruto (R\$ mn) e Lucro Bruto (%)



*Resultado recorrente
 2 Reconciliação do EBITDA recorrente de varejo do 4T18 e de 2018 na página 14.

- Crescimento de 9,5% em SSS, e de 7,0% em todas as lojas.
- Melhor resultado de vendas dos últimos 4 anos, tendo o SSS apresentado crescimento nos quatro trimestres de 2019;
- Vendas do e-commerce com crescimento de 68,2% (4T19), impulsionado pela estratégia digital de *omnichannel*, que no período representou 40,3% dos pedidos do canal;
- Maior fluxo em lojas, reflexo da estratégia de marketing e comercial combinadas e da crescente assertividade das coleções;

• Margem Bruta de 48,8% (-1,2 p.p.), com Lucro Bruto crescendo 4,6%.

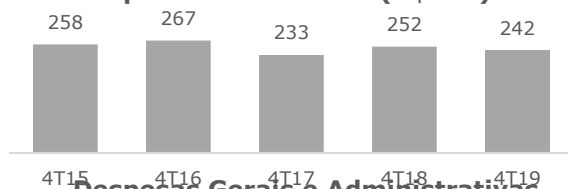
• Contínuo processo de recuperação da margem bruta, impulsionada pela evolução na aceitação das coleções e saúde dos estoques;

• Lucro Bruto impactado positivamente pelo maior nível de vendas.

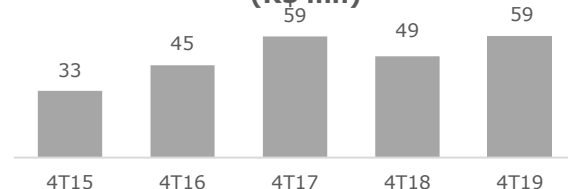
FRS 16. Os resultados do 4T19 foram elaborados respeitando os pressupostos das anteação do pró-forma com os resultados no modelo anterior, de forma a facilitar a r observado nas Demonstrações Financeiras, e no slide 15 deste relatório - "IFRS

Despesas Operacionais

Despesas com Vendas (R\$ mn)



Despesas Gerais e Administrativas (R\$ mn)



• Despesas com Vendas totalizaram R\$ 242 milhões, com queda de 3,9% a.a., refletindo mais uma vez os impactos do Projeto *Rightsizing*;

• Despesas Gerais e Administrativas totalizaram R\$ 59 milhões, crescimento de 19,4%, em função das provisões para remuneração variável e remuneração em ações.

• Excluídos tais itens, teria sido registrada uma redução de 2,9%, o que reflete os impactos da otimização do escritório central;

- No combinado, o SG&A manteve-se estável. Em bases comparáveis, o SG&A apresentou redução de 3,7% a.a.
- Outras Receitas/Despesas Operacionais totalizaram um saldo positivo de R\$ 8,2 milhões, impactadas positivamente pelo reconhecimento de R\$ 14,8 milhões em créditos fiscais no período – em 2018, tais créditos somaram R\$ 320 milhões.

Resultado da Operação

DRE Varejo (R\$mn)	4T18 Recorrente	4T19	4T19 Pró-forma	Var (%)	2018 Recorrente	2019 Pró-forma	Var (%)
RECEITA BRUTA	889,9	946,4	946,4	6,3%	2.908,4	3.026,9	4,1%
Tributos s/ Receita	(228,5)	(238,4)	(238,4)	4,3%	(745,4)	(771,0)	3,4%
<i>% de tributos s/ rec. Bruta</i>	<i>-25,7%</i>	<i>-25,2%</i>	<i>-25,2%</i>	<i>0,0 p.p.</i>	<i>-25,6%</i>	<i>-25,5%</i>	<i>0,2 p.p.</i>
RECEITA LIQUIDA	661,4	707,9	707,9	7,0%	2.163,0	2.255,9	4,3%
<i>S.S.S.</i>	<i>-0,5%</i>	<i>9,5%</i>	<i>9,5%</i>		<i>-2,2%</i>	<i>7,0%</i>	
CPV	(331,2)	(362,2)	(362,2)	9,4%	(1.119,7)	(1.199,9)	7,2%
LUCRO BRUTO	330,2	345,7	345,7	4,7%	1.043,3	1.056,0	1,2%
<i>Margem Bruta</i>	<i>49,9%</i>	<i>48,8%</i>	<i>48,8%</i>	<i>-1,1 p.p.</i>	<i>48,2%</i>	<i>46,8%</i>	<i>-1,4 p.p.</i>
Despesas Operacionais	(301,5)	(239,7)	(301,8)	0,1%	(1.099,4)	(1.066,7)	-3,0%
- Despesas com Vendas	(252,1)	(181,7)	(242,8)	-3,7%	(916,9)	(883,1)	-3,7%
- Despesas Gerais e Adm.	(49,5)	(58,0)	(59,0)	19,4%	(182,5)	(183,6)	0,6%
Outras despesas/receitas Oper.	(22,8)	7,7	7,7	n.s.	(26,5)	11,8	n.s.
EBITDA AJUSTADO VAREJO	21,3	116,0	53,9	n.s.	(52,9)	17,2	n.s.

n.s. - não significativa

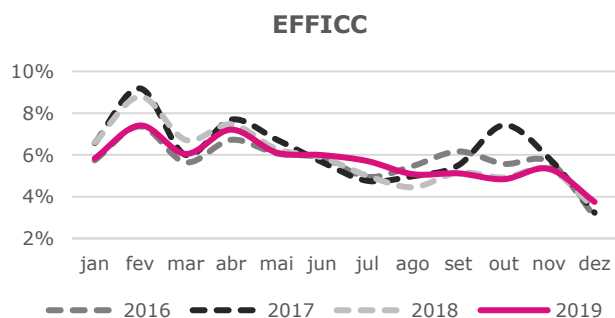
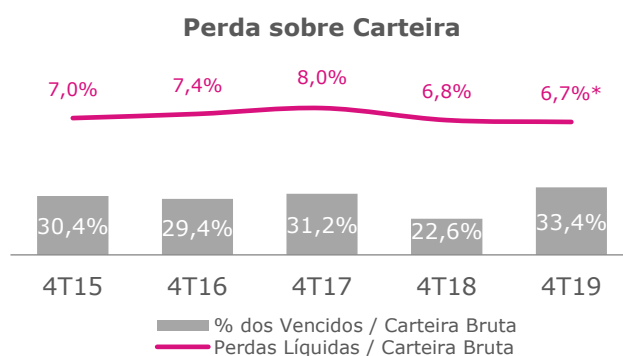
- EBITDA Ajustado Varejo (ex-IFRS 16) totalizou R\$ 54,4 milhões no 4T19, com crescimento de R\$ 33,1 milhões no período;
- O 4T19 foi o quarto trimestre consecutivo de crescimento em SSS; recuperação gradual de margem bruta; e eficiência em SG&A;
- No FY19, o resultado recorrente de varejo obteve aumento de R\$ 70,0 milhões, confirmando o processo de recuperação da operação de varejo;

Produtos e Serviços Financeiros

Private Label

Produtos e Serviços Financeiros (R\$ mn)	4T18	4T19	Var (%)	2018	2019	Var (%)
Cartão Private Label						
Receita de Juros Líquida de Funding	54,3	54,9	1,1%	231,0	221,1	-4,3%
Receita de Serviços Financeiros	40,9	42,3	3,5%	167,9	161,9	-3,6%
Perda Líquida de Recuperações	(35,2)	(27,5)	-21,9%	(155,9)	(124,1)	-20,4%
Margem de Contribuição - Private Label	60,0	69,7	16,2%	243,0	258,9	6,5%

- A participação dos cartões (Marisa + *Co-Branded*) nas vendas do trimestre atingiu 41,4%, estável com relação ao 4T19.
- A Receita de Juros, líquida de *funding*, alcançou R\$54,9 milhões, aumento de 1,1% em relação ao 4T18, reflexo da formação de carteira durante o ano, devido às maiores vendas. Já a receita de serviços financeiros apresentou crescimento de 3,5% ante o período anterior, reflexo do maior fluxo em loja.
- As Perdas, líquidas de recuperações, apresentaram redução de 21,9% ante o 4T18. Como percentual sobre a carteira, tais perdas atingiram 4,1%.
- Tal resultado, no entanto, foi positivamente impactado pela venda de carteira acima de 360 dias realizado em outubro. Mesmo excluindo tal efeito, as perdas líquidas teriam alcançado 6,7% - menor nível dos últimos 4 anos, devido basicamente às otimizações no processo de concessão e recuperação.
- Ao longo do trimestre, os indicadores prospectivos de inadimplência (EFFICC) mantiveram-se dentro dos níveis históricos, não indicando deterioração no portfólio de crédito.

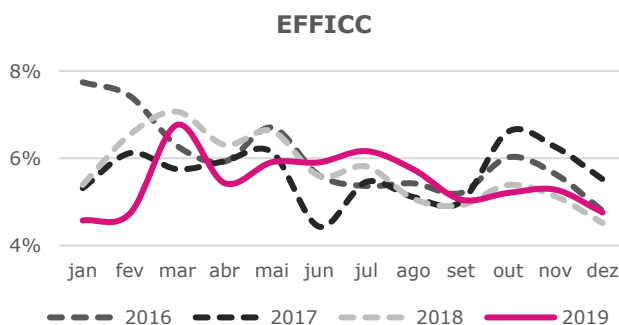
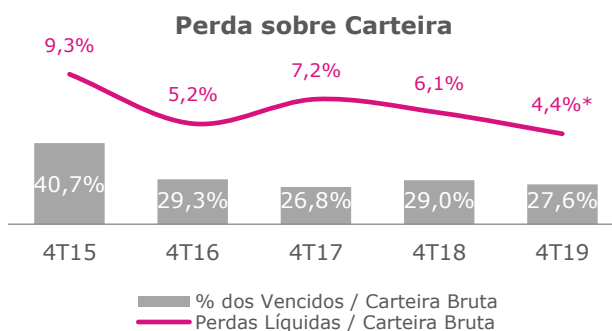


*Excluído o efeito da venda da carteira

Empréstimo Pessoal

Produtos e Serviços Financeiros (R\$ mn)	4T18	4T19	Var (%)	2018	2019	Var (%)
Empréstimo Pessoal						
Receita de Juros do EP, Líquida de Funding	32,4	39,0	20,1%	144,4	136,4	-5,5%
Perda Líquida de Recuperações	(9,9)	(3,8)	-62,2%	(35,4)	(43,7)	23,5%
Margem de Contribuição - EP	22,5	35,2	56,6%	109,0	92,7	-14,9%

- A Receita de Juros, líquida de custos de captação, totalizou R\$39,0 milhões, crescimento de 20,1% ante o 4T18, também devido ao aumento da carteira do produto – de 9,7% a.a.
- As Perdas, líquidas de recuperações, por sua vez, totalizaram R\$3,8 milhões, ou 2,1% em relação à carteira – queda de 62,2% em relação ao 4T18.
- Tal resultado, no entanto, foi positivamente impactado pela venda de carteira acima de 360 dias em outubro, o que impactou positivamente as perdas líquidas. Mesmo excluindo tal efeito, as perdas líquidas foram de 4,4% - menor nível dos últimos 4 anos, devido principalmente às melhores concessões e recuperações. A parcela de vencidos sobre a carteira, por sua vez, apresentou queda de 1,4 p.p.
- Os indicadores prospectivos (EFFICC) do Empréstimo Pessoal encontram-se dentro dos padrões históricos do produto.



*Excluído o efeito da venda da carteira

Resultado da Operação

Produtos e Serviços Financeiros (R\$ mn)	4T18	4T19	Var (%)	2018	2019	Var (%)
Cartão Private Label						
Receita de Juros Líquida de Funding	54,3	54,9	1,1%	231,0	221,1	-4,3%
Receita de Serviços Financeiros	40,9	42,3	3,5%	167,9	161,9	-3,6%
Perda Líquida de Recuperações	(35,2)	(27,5)	-21,9%	(155,9)	(124,1)	-20,4%
Margem de Contribuição - Private Label	60,0	69,7	16,2%	243,0	258,9	6,5%
Empréstimo Pessoal						
Receita de Juros do EP, Líquida de Funding	32,4	39,0	20,1%	144,4	136,4	-5,5%
Perda Líquida de Recuperações	(9,9)	(3,8)	-62,2%	(35,4)	(43,7)	23,5%
Margem de Contribuição - EP	22,5	35,2	56,6%	109,0	92,7	-14,9%
Margem de Contribuição Cartão Co-Branded						
Custos e Despesas Operacionais	(75,8)	(77,1)	1,6%	(280,2)	(278,3)	-0,7%
EBITDA PSF	19,9	54,4	n.s.	156,0	173,7	11,4%
EBITDA PSF RECORRENTE	19,9	33,6	69,3%	129,0	152,9	18,5%

- Cartão Co-Branded: a Margem de Contribuição do produto totalizou R\$ 26,6 milhões, com crescimento de 99,4% em relação ao 4T18, devido a melhor performance do produto.
- Custos e Despesas Operacionais alcançaram R\$ 77,1 milhões, aumento de 1,6% a.a., bem abaixo do crescimento verificado nas receitas e formação de carteira dos produtos PL e EP.
- EBITDA do PSF apresentou crescimento de R\$ 34,6 milhões em relação ao 4T18, o que reflete o crescimento das carteiras durante o período, as otimizações nas concessões de crédito, e também na boa gestão das despesas.
- Mesmo excluindo a venda de carteira realizada no 4T19, no montante de R\$ 20,8 milhões, o resultado mostra importante recuperação da operação no período, apresentando crescimento de 69,3% a.a.

Contas a Receber

Contas a receber de clientes (R\$ mn)	dez/17	dez/18	dez/19
Private Label - carteira bruta	535,9	514,4	663,5
Em dia:	368,7	398,3	441,9
% Em dia s/ Total	68,8%	77,4%	66,6%
Vencidas:	167,2	116,1	221,6
% Vencida s/ Total	31,2%	22,6%	33,4%
Saldo da PDD	(47,7)	(19,8)	(118,9)
Private Label - carteira líquida	488,2	494,5	544,6
Empréstimo pessoal - carteira bruta	158,8	162,5	178,2
Em dia:	116,2	115,3	129,0
% Em dia s/ Total	73,2%	71,0%	72,4%
Vencidas:	42,6	47,2	49,2
% Vencida s/ Total	26,8%	29,0%	27,6%
Saldo da PDD	(38,4)	(60,7)	(35,0)
Empréstimo Pessoal - carteira líquida	120,4	101,8	143,2
Outras contas a receber	196,3	158,4	187,0
Ajuste a valor presente	(4,1)	(3,8)	(2,3)
Carteira de contas a receber, líquida	800,8	750,9	872,5

• **Private Label:** a carteira bruta do Private Label encerrou dez/19 em R\$ 663,5 milhões, crescimento de 29,0% ante dez/18, com aumento da carteira em dia de 11,0%, fruto das melhores vendas do varejo durante o ano. O aumento na carteira vencida (90,9%) devido à reestruturação das carteiras ocorrida em julho de 2018, vide nota de rodapé.

• **Empréstimo Pessoal:** a carteira bruta do Empréstimo Pessoal em dez/19 totalizou R\$ 178,2 milhões, com crescimento de 9,7% em relação ao dez/18, também refletindo os melhores níveis de produção do produto.

Nota 1: Carteiras apresentadas na **Visão de Produto**, não correspondendo, portanto, a visão contábil por empresa apresentada nas DFs

Nota 2: Devido à securitização da carteira com juros do PL na SAX, houve aumento nas faixas de atraso da carteira, com período mais longo para contabilização de perda.

EBITDA Ajustado Total

EBITDA Ajustado Total (R\$mn)	4T18	4T19	4T19	2018	2019
	Recorrente		Pró-forma	Recorrente	Pró-forma
LUCRO LÍQUIDO	(38,1)	32,8	34,3	(241,8)	(90,9)
(+) Imposto de Renda e CSLL	3,1	9,5	9,5	65,6	32,4
(+) Financeiras, Líquidas	28,2	45,5	34,8	111,6	114,7
(+) Depreciação e Amortização	32,6	80,4	27,5	137,9	118,5
EBITDA TOTAL	25,7	168,1	106,0	73,3	174,7
(+) Plano de opção de compra de ações	0,4	2,2	2,2	(0,2)	9,2
(+) Baixa de ativo imobilizado	11,8	0,2	0,2	15,5	6,9
(+) Baixa de investimentos	3,2	-	-	14,5	-
EBITDA AJUSTADO TOTAL	41,1	170,5	108,4	103,1	190,9
EBITDA AJUSTADO RECORRENTE	41,1	149,6	87,5	76,2	170,1

De acordo com o previsto no art. 4º da Instrução CVM nº 527, a Companhia optou por divulgar o EBITDA Ajustado visando demonstrar a informação que melhor reflete a geração operacional bruta de caixa em suas atividades. Tais ajustes se fundamentam em: a) o Plano de Opções de Compra de Ações - corresponde ao valor justo dos respectivos instrumentos financeiros, registrado em uma base "pro rata temporis", durante o período de aquisição do direito ao exercício e tem como contrapartida a Reserva de Capital do Patrimônio Líquido e, portanto, não representa saída de caixa; e b) a Baixa de Ativo Imobilizado refere-se aos resultados apurados na venda ou baixa de ativos fixos, na sua maior parte, sem nenhum impacto no caixa.

• O EBITDA Ajustado recorrente do 4T19 apresentou crescimento de R\$ 46,4 milhões em relação ao 4T18, refletindo principalmente as melhores vendas do varejo, cujo crescimento no 4T foi o

melhor do ano. Acompanhado novamente por margem bruta em recuperação e robustos resultados de PSF.

- No FY19 o EBITDA ajustado cresceu R\$ 93,9 milhões – refletindo a assertividade na estratégia de reconquista de clientes através de uma combinação de iniciativas de marketing e comercial combinadas; a contínua captura de eficiência de SG&A resultantes do Projeto *Rightsizing*, e, novamente, robustos resultados da área de produtos e serviços financeiros.

Endividamento Líquido

	4T18	4T19	4T19 Pró-forma
Composição da Dívida Líquida			
Dívida bruta	919,6	1.540,3	892,9
Dívida de curto prazo	371,4	418,1	418,1
(-) Cash collateral	(96,7)	(57,0)	(57,0)
Dívida de longo prazo	644,9	531,8	531,8
Arrendamento Operacional (IFRS 16)	-	647,4	-
Caixa e aplicações financeiras	397,8	726,0	726,0
Dívida líquida (A)	521,9	814,2	166,9
Patrimônio líquido (B)	973,7	1.420,0	1.420,0
Capital total (A+B)	1.495,5	2.234,2	2.267,2
Alavancagem Financeira			
Dívida bruta / (Dív. bruta + PL)	49%	52%	39%
Dívida líquida / (Dív. líquida + PL)	35%	36%	11%
Dívida líquida / EBITDA L12M (x)	1,2x	1,9x	0,9x

Nota: (a) EBITDA L12M é calculado com base no EBITDA Ajustado, (b) Dívida Bruta deduzida de aplicações em garantia "cash colateral" de R\$ 57,0 mn

- No final do 4T19, a Companhia apresentava endividamento líquido (ex-IFRS 16) de R\$ 165,1 milhões, R\$ 355,0 milhões abaixo do 4T18, em função do maior nível de caixa, derivado do aumento de capital da Companhia;

- A alavancagem do balanço da Companhia (também ex-IFRS 16) obteve importante redução no período, passando de 49% para 39%. Já a relação dívida líquida/EBITDA passou de 1,2x para 0,9x no 4T19, também em função do maior nível de caixa.

Resultado Financeiro

Despesas e Receitas Financeiras - R\$ mn	4T18 Recorrente	4T19	4T19 Pró-forma
Despesas Financeiras	(33,9)	(55,3)	(44,6)
Despesa com juros e Correção Monetária	(14,8)	(11,9)	(11,9)
AVP	(13,7)	(13,5)	(13,5)
Instrumentos Financeiros e outros	(5,5)	(19,2)	(19,2)
Impacto IFRS 16	-	(10,7)	-
Receitas Financeiras	5,7	9,8	9,8
Rendimento de Aplicações e Correção Monetária	5,6	9,5	9,5
Outros	0,1	0,3	0,3
Total	(28,2)	(45,5)	(34,8)

- Destaque para o menor custo de dívida, em função da queda da taxa de juros;

- Impacto positivo da correção monetária dos créditos fiscais, no montante de R\$ 7,3 milhões;

- Impacto negativo devido às reclassificações relativas a despesas relacionadas à operação de PSF;

- De forma comparável, o resultado financeiro apresentou redução de 11,0% em relação ao 4T18.

Fluxo de Caixa

FLUXO DE CAIXA (R\$ Milhares)	2018	2019 Pró-forma
EBITDA Ajustado	89.369	191.430
- IR, CSLL e outros	(63.143)	(104.036)
GERAÇÃO BRUTA DE CAIXA	26.226	87.394
Capital de Giro	(20.256)	(143.891)
Investimentos	(25.611)	(57.199)
GERAÇÃO OPERACIONAL DE CAIXA	(19.641)	(113.695)
Equity	-	551.980
Debt	(199.939)	(109.523)
VARIAÇÃO FINAL DE CAIXA	(219.580)	328.762
Saldo Inicial de Caixa	457.534	396.735
Saldo Final de Caixa	237.954	725.498
Dívida Líquida	521.864	166.867
Dívida Líquida/EBITDA L12M	1,2x	0,9x

• Apesar do aumento do EBITDA no período, a geração de caixa operacional foi impactada negativamente pela maior alocação em capital de giro, em função tanto do maior volume de vendas, quanto de melhorias na operação com fornecedores, resultante do *follow on*.

• O nível de 0,9x da relação dívida líquida/EBITDA reflete o maior nível de caixa no final do período, também resultado do aumento de capital, realizado em dezembro de 2019.

IFRS 16 – Principais Impactos

Balanco Patrimonial

Ativo

- Ativo de Direito de Uso: +R\$ 625,9 mn

Passivo

- Financiamento por Arrendamento: +R\$ 647,4 mn

Demonstração de Resultados 2019

Despesas Operacionais: -R\$ 229,9 mn

Depreciação: +R\$ 209,5 mn

Resultado Financeiro: +R\$ 41,8 mn

EBITDA Varejo: +R\$ 229,9 mn

Reconciliação – EBITDA Recorrente 4T18 e 2018

Abaixo o *breakdown* dos ajustes realizados no resultado do 4T18 e de 2018 para a reconciliação do EBITDA recorrente demonstrado nesse release como base de comparação para os resultados do 4T19 e 2019.

Os ajustes aqui reconciliados são referentes às provisões para estoque obsoletos (CPV), provisões para as iniciativas do Projeto *Rightsizing* (Despesas Operacionais), e créditos fiscais de PIS/COFINS (Outras despesas/receitas Operacionais).

DRE Varejo (R\$mn)	4T18	Ajustes	4T18 Recorrente	2018	Ajustes	2018 Recorrente
RECEITA BRUTA	889,9	0,0	889,9	2.908,4	0,0	2.908,4
Tributos s/ Receita	(228,5)	0,0	(228,5)	(745,4)	0,0	(745,4)
<i>% de tributos s/ rec. Bruta</i>	<i>-25,7%</i>		<i>-25,7%</i>	<i>-25,6%</i>		<i>-25,6%</i>
RECEITA LIQUIDA	661,4	0,0	661,4	2.163,0	0,0	2.163,0
<i>S.S.S.</i>	<i>-0,5%</i>		<i>-0,5%</i>	<i>-2,2%</i>		<i>-2,2%</i>
CPV	(364,5)	33,3	(331,2)	(1.153,0)	33,3	(1.119,7)
LUCRO BRUTO	296,9	33,3	330,2	1.010,0	33,3	1.043,3
<i>Margem Bruta</i>	<i>44,9%</i>		<i>49,9%</i>	<i>46,7%</i>		<i>48,2%</i>
Despesas Operacionais	(329,7)	28,2	(301,5)	(1.127,6)	28,2	(1.099,4)
- Despesas com Vendas	(262,0)	9,9	(252,1)	(926,8)	9,9	(916,9)
- Despesas Gerais e Adm.	(67,8)	18,3	(49,5)	(200,8)	18,3	(182,5)
Outras despesas/receitas Oper.	318,1	(340,9)	(22,8)	379,6	(406,1)	(26,5)
EBITDA AJUSTADO VAREJO	300,7		21,3	291,7		(52,9)

Resultado Operacional Consolidado – R\$ mil

CONSOLIDADO	4T18	4T19	4T19 Pró-forma	Var (%)	2018	2019	2019 Pró-forma	Var (%)
RECEITA BRUTA	1.049.558	1.118.426	1.118.426	6,6%	3.548.648	3.669.136	3.669.136	3,4%
Receita Bruta - Varejo	889.939	946.360	946.360	6,3%	2.908.373	3.026.856	3.026.856	4,1%
Receita Bruta - PSF	159.619	172.066	172.066	7,8%	640.275	642.280	642.280	0,3%
Tributos s/ Receita	(248.524)	(218.649)	(218.649)	-12,0%	(782.349)	(777.035)	(777.035)	-0,7%
RECEITA LIQUIDA	801.034	899.778	899.778	12,3%	2.766.299	2.892.101	2.892.101	4,5%
Receita Líquida - Varejo	661.390	707.911	707.911	7,0%	2.163.002	2.255.852	2.255.852	4,3%
Receita Líquida - PSF	139.644	191.866	191.866	37,4%	603.297	636.248	636.248	5,5%
CPV	(465.629)	(466.175)	(466.175)	0,1%	(1.531.442)	(1.550.943)	(1.550.943)	1,3%
CPV - Varejo	(364.510)	(362.217)	(362.217)	-0,6%	(1.153.034)	(1.199.883)	(1.199.883)	4,1%
CPV - PSF	(101.119)	(103.957)	(103.957)	2,8%	(378.408)	(351.060)	(351.060)	-7,2%
LUCRO BRUTO	335.405	433.603	433.603	29,3%	1.234.857	1.341.158	1.341.158	8,6%
Lucro Bruto - Varejo	296.880	345.694	345.694	16,4%	1.009.968	1.055.969	1.055.969	4,6%
Lucro Bruto - PSF	38.525	87.909	87.909	128,2%	224.889	285.189	285.189	26,8%
Despesas Operacionais	(345.559)	(270.081)	(332.205)	-3,9%	(1.183.662)	(937.639)	(1.167.492)	-1,4%
Despesas com Vendas - Varejo	(261.954)	(181.656)	(242.777)	-7,3%	(926.820)	(656.559)	(883.119)	-4,7%
Despesas Gerais e Administrativas - Varejo	(67.781)	(58.034)	(59.037)	-12,9%	(200.796)	(180.279)	(183.571)	-8,6%
Despesas Gerais e Administrativas - PSF	(15.824)	(30.392)	(30.392)	n.s.	(56.046)	(100.801)	(100.801)	79,9%
Outras Despesas e Receitas Oper.	315.274	4.612	4.612	n.s.	366.710	1.082	1.082	n.s.
- Depreciação e Amortização	(32.565)	(80.407)	(27.500)	-15,6%	(137.906)	(327.990)	(118.496)	-14,1%
Lucro Operacional antes do Result. Fin.	272.555	87.727	78.509	n.s.	279.999	76.611	56.253	n.s.
- Financeiras, Líquidas	331.738	(45.476)	(34.771)	n.s.	273.249	(156.554)	(114.700)	n.s.
Lucro antes do IR e CS	604.293	42.251	43.738	n.s.	553.248	(79.944)	(58.447)	n.s.
- Imposto de Renda e Contribuição Social	(444.758)	(9.479)	(9.479)	n.s.	(524.885)	(32.419)	(32.419)	n.s.
Lucro Líquido Pró-forma (Comparável)	159.535	32.772	34.260	-78,5%	28.363	(112.361)	(90.865)	n.s.
- Impacto IFRS 16	-	-	(1.487)	n.s.	-	-	(21.496)	n.s.
Lucro Líquido	159.535	32.772	32.772	-79,5%	28.363	(112.361)	(112.361)	n.s.

n.s. - não significativa

LUCRO LÍQUIDO RECORRENTE	(38.102)	11.972	11.972	n.s.	(241.781)	(120.369)	(120.369)	n.s.
---------------------------------	-----------------	---------------	---------------	-------------	------------------	------------------	------------------	-------------

• Resultado Líquido: excluindo-se o impacto das recuperações fiscais, provisões, reversão de IR/CS diferidos e não-comparáveis entre os períodos, o Lucro Líquido do 4T19 teria apresentado evolução de R\$ 50,1 milhões.

• O FY19, com a normalização da base comparativa, o crescimento no resultado teria sido de R\$ 121,4 milhões.

Relacionamento com Auditores Independentes

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, a Ernst & Young Auditores Independentes não prestou serviços cuja remuneração global ultrapassou 5% (cinco por cento) da remuneração pelos serviços de auditoria externa.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Marisa Lojas S.A. e Controladas

31 de dezembro de 2019 com Relatório do Auditor Independente

Marisa Lojas S.A. e Controladas

Balancos Patrimoniais

31 de dezembro de 2019 - (Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7.2	589.566	216.640	725.498	396.735
Títulos e valores mobiliários	7.4	515	1.029	515	1.029
Contas a receber de clientes	8.2	340.928	179.686	872.491	750.897
Estoques	9.2	441.670	361.299	441.670	361.299
Partes relacionadas	12.2	25.912	26.759	-	-
Tributos a recuperar	10.2	179.770	336.160	276.692	419.258
Outros créditos		25.924	26.171	58.687	52.810
Total do ativo circulante		1.604.285	1.147.744	2.375.553	1.982.028
Não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.2	568	304	69.525	70.344
Tributos a recuperar	10.2	550.052	548.129	550.052	548.129
Depósitos judiciais	20.2	97.396	88.974	133.404	123.790
Títulos e valores mobiliários	7.4	49.793	75.126	57.011	96.703
Investimentos	13.2	376.545	373.860	-	-
Imobilizado	14.2	173.777	219.874	176.488	223.640
Intangível	14.4	100.911	109.787	109.919	117.468
Ativo de direito de uso	6.1.4	547.842	-	548.116	-
Total do ativo não circulante		1.896.884	1.416.054	1.644.515	1.180.074
Total do ativo		3.501.169	2.563.798	4.020.068	3.162.102

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	15.2	426.977	362.149	427.221	362.763
Fornecedores convênio	15.2	108.077	127.460	108.077	127.460
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16.2	306.983	210.189	418.123	371.389
Arrendamentos a pagar	6.1.4	262.177	-	262.179	-
Salários, provisões e contribuições sociais	17.2	102.284	75.222	105.875	78.925
Tributos a recolher	18.2	54.623	61.449	57.715	64.489
Partes relacionadas	12.2	2.859	11.094	-	667
Aluguéis, condomínios e fundo de promoção a pagar		23.421	31.529	23.421	31.564
Instrumentos financeiros		1.081	1.723	1.081	1.723
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	122.979	9.203	152.362
Dividendos e juros sobre o capital próprio		-	6.736	-	6.736
Receita diferida	19.2	-	-	15.746	15.923
Outras obrigações	19.3	64.230	119.250	118.250	161.008
Total do passivo circulante		1.352.712	1.129.780	1.546.891	1.375.009
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16.2	262.815	360.955	531.768	644.942
Arrendamentos a pagar	6.1.4	307.185	-	307.433	-
Provisão para litígios e demandas judiciais	20.3	129.189	99.412	145.015	113.201
Receitas diferida	19.2	-	-	39.693	55.299
Outras obrigações	19.3	29.262	-	29.262	-
Total do passivo não circulante		728.451	460.367	1.053.171	813.442
Patrimônio líquido					
Capital social	22.1	1.442.695	899.597	1.442.695	899.597
Reservas de lucros		79.925	44.826	79.925	44.826
Ações em tesouraria		(1.099)	(1.296)	(1.099)	(1.296)
Reserva de opções de ações		11.960	1.960	11.960	1.960
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.114)	(591)	(1.114)	(591)
Prejuízos acumulados		(112.361)	29.155	(112.361)	29.155
Total do patrimônio líquido		1.420.006	973.651	1.420.006	973.651

Total do passivo e patrimônio líquido

3.501.169	2.563.798	4.020.068	3.162.102
------------------	-----------	------------------	-----------

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Marisa Lojas S.A. e Controladas

Demonstrações dos Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais - R\$, exceto o Lucro (prejuízo) líquido do exercício por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receita operacional líquida	26.1	2.278.053	2.167.484	2.882.422	2.764.130
Custos da revenda de mercadorias, de operações com cartão de crédito, de operações financeiras e de prestação de serviços	27	(1.200.483)	(1.153.034)	(1.550.943)	(1.529.873)
Lucro bruto		1.077.570	1.014.450	1.331.479	1.234.257
(Despesas) receitas operacionais					
Despesas com vendas	28.1	(656.559)	(926.820)	(688.652)	(923.172)
Despesas gerais e administrativas	28.2	(179.476)	(200.660)	(248.987)	(256.839)
Despesas com depreciação e amortização	14	(110.842)	(129.709)	(118.496)	(137.906)
Despesa com depreciação IFRS 16	6.1.4	(209.212)	-	(209.494)	-
Outras receitas operacionais, líquidas.	29	11.816	379.556	1.082	363.659
Resultado de equivalência patrimonial	13.2	88.765	64.532	-	-
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		22.062	201.349	66.932	279.999
Despesas financeiras	30.2	(164.162)	(108.410)	(181.811)	(133.248)
Receitas financeiras	30.2	29.739	400.974	34.935	406.497
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(112.361)	493.913	(79.944)	553.248
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	11.4	-	(126.518)	(31.334)	(184.816)
Diferido	11.4	-	(339.032)	(1.083)	(340.069)
Total imposto de renda e contribuição social		-	(465.550)	(32.417)	(524.885)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		(112.361)	28.363	(112.361)	28.363
Atribuíveis a					
Controladores da Companhia		(112.361)	28.363	(112.361)	28.363
		(112.361)	28.363	(112.361)	28.363

Lucro (Prejuízo) líquido do exercício por ação

Por ação básico e diluído - R\$

31	(0,4310)	0,13911	(0,4310)	0,13911
----	-----------------	---------	-----------------	---------

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Marisa Lojas S.A. e Controladas

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		(112.361)	28.363	(112.361)	28.363
Ganhos com <i>hedge accounting</i>		775	(1.703)	775	(1.703)
IR/CSLL sobre perdas com <i>hedge</i> de fluxo de caixa		(264)	579	(264)	579
Outros resultados abrangentes		511	(1.124)	511	(1.124)
Total do resultado abrangente		(111.850)	27.239	(111.850)	27.239

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Marisa Lojas S.A. e Controladas

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais - R\$)

	Capital Social	Reservas de lucros		Ações em Tesouraria	Reserva de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio Líquido
		Legal	Retenção		Opção de ações			
Saldos em 31 de dezembro de 2017	899.597	42.568	74.440	-	2.940	533	(60.438)	959.640
Ações em tesouraria	-	-	-	(1.296)	-	-	-	(1.296)
Adoção inicial do NBC TG 48 / IFRS 9 - Perdas esperadas	-	-	-	-	-	-	(5.008)	(5.008)
Absorção de prejuízos com reservas de lucro	-	-	(65.446)	-	-	-	65.446	-
Plano de opção de compra de ações (<i>stock options</i>)	-	-	-	-	(188)	-	-	(188)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	(1.124)	-	(1.124)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	28.363	28.363
Destinação do resultado								
Reserva Legal	-	1.418	-	-	-	-	(1.418)	-
Dividendos propostos (R\$ 0,13898 por ação)	-	-	-	-	-	-	(6.736)	(6.736)
Reserva retenção de lucros	-	-	20.209	-	-	-	(20.209)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	899.597	43.986	29.203	(1.296)	2.752	(591)	-	973.651
Aumento de capital por emissão de ações	567.708	-	-	-	-	-	-	567.708

Gastos com emissão de ações ordinárias	(24.610)	-	-	-	-	-	-	(24.610)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(112.361)	(112.361)
Pagamento de ações restritas através de ações em tesouraria	-	-	-	197	-	-	-	197
Reversão de dividendos propostos	-	-	6.736	-	-	-	-	6.736
Plano de opção de compra de ações (<i>stock options</i>)	-	-	-	-	9.208	-	-	9.208
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	(523)	-	(523)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.442.695	43.986	35.939	(1.099)	11.960	(1.114)	(112.361)	1.420.006

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Marisa Lojas S.A. e Controladas

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		(112.361)	28.363	(112.361)	28.363
Ajustes para reconciliar o resultado líquido do exercício com o caixa líquido					
gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	14	110.842	134.475	118.496	137.905
Depreciação do arrendamento operacional - IFRS 16	6	209.212	-	209.494	-
Custo residual do ativo imobilizado e intangível baixado	14	7.876	17.272	7.900	17.295
Equivalência patrimonial	13	(88.765)	(64.532)	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	-	-	75.493	10.622
Provisão para perdas dos estoques e AVP	9	(25.041)	(40.420)	(25.041)	40.420
Ajuste a valor presente sobre contas a receber de clientes	8.2	(1.563)	-	(1.557)	-
Provisão para perdas do imobilizado e intangível	14	(11.734)	(13.988)	(11.734)	14.010
Encargos sobre IFRS 16	6	41.838	-	41.854	-
Perda com investimentos, líquido		-	12.173	-	12.173
Plano de opção de compra de ações (<i>stock options</i>)	23	9.208	(1.481)	9.208	(1.481)
Ações em tesouraria		197	-	197	-
Encargos financeiros e variação cambial sobre saldos de financiamentos, empréstimos e obrigações fiscais	16.4	43.282	53.676	73.374	83.608
Receita diferida	19	-	-	(15.783)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(264)	338.454	819	339.491
Instrumentos financeiros		(1.165)	-	(1.165)	-
Provisão para litígios e demandas judiciais	20	39.412	15.764	45.099	21.947
		220.974	479.756	414.293	574.249
Aumento (redução) nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes	8	(159.679)	119.655	(195.530)	53.086
Estoques	9	(55.330)	97.505	(55.330)	97.505
Títulos e valores mobiliários	7.4	25.847	(55.500)	40.206	(74.449)
Tributos a recuperar	10	31.674	(910.103)	17.850	341.997
Partes relacionadas	12	4.597	(284)	-	-
Depósitos judiciais	20	(8.422)	3.063	(9.614)	(17.310)
Dividendos recebidos		86.080	35.000	-	-
Outros créditos		247	1.733	(5.877)	18.550
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores	15	64.828	35.026	64.458	35.036
Fornecedores convênio	15	(19.383)	101.597	(19.383)	101.597

Operações de crédito		-	-	-	25.050
Tributos a recolher	18	(129.805)	144.457	(81.467)	220.089
Instrumentos Financeiros Líquidos		-	(11.489)	-	(30.896)
Receita diferida	19	-	-	-	(26.180)
Salários, provisões e encargos sociais	17	27.062	(3.381)	26.950	(3.503)
Partes relacionadas	12	(8.235)	3.230	(667)	-
Provisão para litígios e demandas judiciais	20	(9.635)	(3.037)	(13.285)	(7.505)
Aluguéis, condomínio e fundo de promoção a pagar		(8.108)	3.762	(8.143)	3.764
Outras obrigações	19.3	(25.758)	79.903	(13.496)	95.814
Caixa (aplicado nas) gerado pelas operações		159.747	120.893	283.758	122.900
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(68.466)	(39.697)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		159.747	120.892	215.292	83.203
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado	14	(19.310)	(8.505)	(19.561)	(8.657)
Aquisição de ativo intangível	14	(36.451)	(34.995)	(40.400)	(38.792)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento		(55.761)	(43.500)	(59.961)	(47.449)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos	16.4	322.463	420.380	433.099	678.798
Amortização de empréstimos e financiamentos	16.4	(328.972)	(482.697)	(513.588)	716.847
Juros pagos	16.4	(38.119)	(44.767)	(59.325)	(58.504)
Aumento de capital (venda de ações)	22.1	543.098	-	543.098	-
Amortização do passivo de arrendamento	6	(229.530)	-	(229.852)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		268.940	(107.084)	173.432	(96.553)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		372.926	(29.691)	328.763	(60.799)
Caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício	7	216.640	246.331	396.735	457.534
No fim do exercício	7	589.566	216.640	725.498	396.735
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		372.926	(29.691)	328.763	(60.799)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Marisa Lojas S.A. e Controladas

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas				
Vendas de mercadorias e serviços	3.060.953	2.912.381	3.676.562	3.538.507
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(80.959)	(229.218)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	45.977	466.759	48.571	512.709
	3.106.930	3.379.140	3.644.174	3.821.998
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo das mercadorias e dos serviços	(1.632.820)	(1.435.981)	(1.869.901)	(1.594.953)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(333.924)	(417.034)	(440.420)	(512.481)
	(1.966.744)	(1.853.015)	(2.310.321)	(2.107.434)
Valor adicionado bruto	1.140.186	1.526.125	1.333.853	1.714.564
Depreciação e amortização	(320.054)	(129.709)	(327.990)	(137.906)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	820.132	1.396.416	1.005.863	1.576.658
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	88.765	64.532	-	-
Receitas financeiras	29.739	400.974	34.935	406.497
	118.504	465.506	34.935	406.497
Valor adicionado total a distribuir	938.636	1.861.922	1.040.798	1.983.155
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	474.474	461.055	497.764	476.391
Remuneração direta	382.458	371.113	400.276	382.595
Benefícios	55.344	55.008	58.800	57.844
FGTS	36.672	34.934	38.688	35.952
Impostos, taxas e contribuições	438.071	1.025.882	509.138	1.117.561
Federais	174.602	781.038	242.129	868.720

Estaduais	262.071	244.326	262.122	244.356
Municipais	1.398	518	4.887	4.485
Juros e aluguéis	138.452	374.985	146.257	389.203
Juros	41.889	45.653	49.400	59.843
Aluguéis	96.563	300.969	96.857	300.997
Remuneração de capitais próprios	(112.361)	28.363	(112.361)	28.363
Resultado do exercício	(112.361)	28.363	(112.361)	28.363
Valor adicionado total distribuído	938.636	1.861.922	1.040.798	1.983.155

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A Marisa Lojas S.A. ("Controladora" ou "Companhia"), é uma sociedade anônima, estabelecida no Brasil, com sede na Rua James Holland, 422, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 28 de abril de 1959, listada na Bolsa de Valores de São Paulo ("B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão") sob o código de negociação AMAR3, sendo classificada no nível "Novo Mercado" de Governança Corporativa.

A Marisa Lojas S.A. e suas controladas diretas e indiretas, denominadas em conjunto como "Grupo Marisa", tem como principais negócios:

- Comércio varejista e atacadista de produtos de consumo e comércio eletrônico;
- Concessão de empréstimos para pessoas físicas;
- Administração de cartão de crédito próprio e de terceiros (embandeirado), intermediação de seguros, dentre outros.

1.1. Contrato de parceria Club Administradora de Cartões de Crédito Ltda. e SAX S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Em 28 de junho de 2018, foi celebrado Contrato de Parceria ("Contrato") entre as controladas Club Administradora de Cartões de Crédito Ltda. ("Club") e SAX S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("SAX"), que tem como objeto entre as partes: (i) a Club, enquanto representante dos clientes, contratar com a SAX operações de empréstimo/crédito por meio da emissão de Cédulas de Crédito Bancário ("CCB") pelos clientes em benefício da SAX, sempre que autorizada pelos clientes por meio de cláusulas de mandato previstas nos contratos de cartão de crédito; (ii) a Club, enquanto representante da SAX, contrate as CCB's com os clientes, conforme poderes outorgados no Contrato; e (iii) a SAX financie estes clientes por meio das CCB's.

Pelo oferecimento das operações de crédito, a SAX cobrará dos clientes juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor das CCB's emitidas correspondentes a 130% (cento e trinta por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia.

Dessa forma, a partir de 1º de julho de 2018, todas as operações do Cartão Marisa registradas na Club com parcelas vencidas são migradas automaticamente para a SAX, enquanto que as vendas parceladas com incidência de juros continuam sendo originadas diretamente na SAX.

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 18 de março de 2020.

2. Empresas controladas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia incluem as empresas descritas nos subitens a seguir:

2.1. CLUB Administradora de Cartões de Crédito Ltda. ("CLUB")

A Club tem por objetivo principal a administração do Cartão Marisa.

2.2. MAX Participações Ltda. ("MAX")

A MAX opera como holding investindo na sociedade SAX S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("SAX").

2.3. SAX S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("SAX")

A SAX tem por objetivo atuar no mercado de crédito, financiamento e investimento no segmento varejista, concedendo empréstimos para pessoas físicas.

2.4. REGISTRADA Marcas, Patentes e Royalties Ltda. ("REGISTRADA")

A Registrada opera a gestão de ativos intangíveis não financeiros, incluindo a administração de marcas, a compra, a venda, o uso e o licenciamento pelo uso de marcas e patentes, o recebimento de "royalties", a permissão para reprodução e a utilização das marcas e patentes em processos e produtos.

3. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As demonstrações financeiras da Controladora e das Controladas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quanto a determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração do Grupo Marisa no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas em suas respectivas notas explicativas.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as Controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

4. Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, estão definidas e apresentadas em suas respectivas notas explicativas.

4.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da controladora e de suas controladas, incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4.2. Base de consolidação

Controladas são todas as entidades controladas direta ou indiretamente pela Companhia. As controladas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e continuam sendo consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e do resultado seguem a sua natureza, complementado pela eliminação do seguinte:

- Participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas;
- Saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas; e
- Saldos de receitas e despesas decorrentes de transações realizadas entre as empresas consolidadas.

4.3. Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional do Grupo Marisa (Real) utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

5. Principais estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se nas experiências históricas e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas também requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício do julgamento por parte da Administração do Grupo Marisa em relação ao futuro que impactam sobre questões que são incertas. Esses julgamentos tornam-se mais subjetivos à medida que aumenta o número de premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão contempladas a seguir:

5.1. Provisões para perdas em estoques

A provisão para perdas dos estoques é estimada com base no histórico de perdas na execução do inventário físico de lojas e centros de distribuição, e é considerada suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na data do balanço.

5.2. Provisão para perdas em crédito

As contas a receber de clientes do Cartão Marisa e empréstimos pessoais são controladas por faixa de vencimento e CPF dos respectivos clientes, sendo efetuado acompanhamento da evolução da carteira de recebíveis entre a data de venda ao cliente (constituição das contas a receber) e a eventual perda efetiva pelo seu não pagamento.

Com base nos níveis históricos de inadimplência aplica-se um percentual para cada faixa dos valores vencidos e a vencer. Com a implementação da IFRS 9, equivalentes à NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros, tal critério vem sendo ampliado com a consideração de novos parâmetros incluindo avaliação por grupos homogêneos, além da inclusão dos limites dos saldos disponíveis aos clientes.

5. Principais estimativas e julgamentos--Continuação

5.3. Provisões para perda nos estoques

A desvalorização dos estoques ocorre quando itens são vendidos abaixo do preço de aquisição, em grande parte pelas liquidações decorrentes de troca de coleção, além de itens identificados no exercício com baixo giro. A Companhia estima o valor da provisão para desvalorização dos estoques na data do balanço, com base nos preços de venda a serem praticados, líquidos dos impostos e das despesas com vendas, comparados com o custo registrado.

Com relação à obsolescência e baixa rotatividade, a Companhia realiza uma avaliação dos itens sem movimentação acima de um ano, além de análise qualitativa para identificação quanto aos itens obsoletos das suas coleções, e com base nessa avaliação, constitui uma provisão para obsolescência.

5.4. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Administração avalia periodicamente com base na expectativa de lucros futuros a possibilidade de absorção dos prejuízos acumulados. Com base em tal avaliação é definido o parâmetro e horizonte de realização dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferido ativo existente, bem como a constituição dos créditos de impostos diferidos.

5.5. Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não há mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação disponíveis. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado; referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

5.6. Transações com pagamentos baseados em ações – “*Stock Options*”

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas em ações e derivativos de ações, com seus funcionários, baseado no valor justo de tais instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa de tal valor justo dos pagamentos requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão desses instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

5. Principais estimativas e julgamentos--Continuação

5.7. Transações com pagamentos baseados em ações – “Phantom Shares”

Para transações com pagamento baseado em ações liquidadas em caixa, a Companhia mensura o passivo incorrido por meio de valor justo, até que seja liquidado e remensura o valor justo do passivo ao término de cada exercício de reporte e na data da liquidação, sendo que quaisquer mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

5.8 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Administração se baseia nas informações de seus assessores jurídicos para constituição de provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso, atualizadas até a data de divulgação das demonstrações financeiras individuais consolidadas. No entanto, em decorrência do trâmite dos processos, a classificação da probabilidade de perda pode não ser definitiva até a conclusão dos processos.

5.9 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exercer o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

6. Novas normas, alterações e interpretações adotadas a partir de 1º de janeiro de 2019

6.1 IFRIC 23 (ICPC 22) - “Incertezas relativas ao tratamento dos tributos sobre o lucro”

Essa norma deve ser aplicada na existência de incertezas no tratamento dos tributos sobre o lucro, nesse caso IRPJ e CSLL. A Companhia avaliou os impactos dessa norma sobre as operações do Grupo Marisa, concluindo como não relevante seus efeitos até o momento.

6.2 Ativo de direito de uso e Passivo de arrendamento

Substitui as orientações existentes na IAS 17 e determina, essencialmente, que os arrendatários passem a reconhecer em seu passivo os pagamentos futuros e em seu ativo o direito de uso de um bem arrendado ou com características de arrendamento mercantil. Sendo assim, contratos de arrendamento financeiro e operacional passam a ter o mesmo tratamento contábil, ficando fora do escopo da norma contratos com características variáveis, de curto prazo ou de baixo valor. A norma entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019.

A Companhia adotou o NBC TG 06 (R3) - IFRS 16 para os seus contratos de locação de lojas firmados com terceiros. Para enquadrarmos esses contratos na nova norma, a Controlada optou pela adoção da Metodologia Retrospectiva Modificada (simples), que para o reconhecimento inicial, no papel de arrendatário, identifica os saldos residuais e através das taxas e prazos definidos traz a valor presente os pagamentos dos arrendamentos e registra os ativos e passivos de acordo com o que foi estabelecido pela norma contábil, não rerepresentando exercícios anteriores.

Na adoção inicial, a Controlada utilizou os seguintes expedientes práticos permitidos pela norma:

- (i) Taxas Nominais de desconto, prontamente observáveis, ajustadas ao risco de crédito da última captação obtida pelo Grupo;
- (ii) Contratos inferiores a 12 meses e de baixo valor não foram considerados para fins de aplicação da norma. A contabilização de pagamentos como despesas, em contratos ou parte de contratos cuja composição de valor dependa de variável; e
- (iii) O cálculo da renovatória será considerado apenas quando a renovação for praticamente certa. Para os demais contratos serão considerados apenas o prazo residual vigente.

6. Novas normas, alterações e interpretações adotadas a partir de 1º de janeiro de 2019 – Continuação

6.2 Ativo de direito de uso e Passivo de arrendamento --Continuação

A Companhia entende que, pelas características atuais de seus arrendamentos (contratos de aluguel atualizados pela inflação a cada aniversário), deveria adotar, para fins de registro contábil, a utilização da taxa real sobre o fluxo de caixa descontado real (sem projeção de inflação), preservando a consistência de seus fluxos de caixa para esses contratos de arrendamento. Entretanto, optou por adotar a utilização da taxa nominal sobre o fluxo de caixa descontado real (sem projeção de inflação), uma vez que está amparada pela NBC TG 06 (R3) - Operações de Arrendamento Mercantil, bem como pelo Ofício-Circular CVM SNC/SEP 01/20 - Orientações sobre a elaboração das demonstrações financeiras para 31 de dezembro de 2019, emitido na data de 05 de fevereiro de 2020, não exigindo dessa forma, a aplicação requerida pelo CPC 26 - Apresentação da Demonstrações Contábeis itens 19 e 20.

A Companhia apresentará em nota as informações complementares para fins de comparação entre a modelagem que entende como ideal, a modelagem destacada na norma e a modelagem entendida como benchmarking pelos seus órgãos reguladores.

Contratos enquadrados no IFRS 16/NBC TG06 (R3)

Para chegar nas taxas de desconto aplicáveis, a Controlada se baseou em taxas de juros prontamente observáveis no mercado brasileiro, considerando os prazos de cada contrato, ajustadas ao risco de crédito obtido pelas captações a mercado realizadas pelas empresas do Grupo.

A tabela abaixo evidencia a taxa média ao ano de acordo com os prazos de vencimento dos contratos:

Contratos por prazo e taxa de desconto

Prazos contratos	Taxa média a.a. (%)
até 3 anos	9,52%
até 6 anos	8,54%
até 9 anos	9,74%

6. Novas normas, alterações e interpretações adotadas a partir de 1º de janeiro de 2019 — Continuação

6.2 Ativo de direito de uso e Passivo de arrendamento -- Continuação

As movimentações no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 são como segue:

a) *Movimentação do ativo de direito de uso*

	Controladora	Consolidado
Adoção inicial - IFRS 16/NBC TG (R3)	657.065	657.100
Saldos em 1º de janeiro de 2019	657.065	657.100
Depreciação acumulada	(209.212)	(209.494)
Remensuração (i)	99.989	100.510
Saldos em 31 de dezembro de 2019	547.842	548.116

- (i) Remensuração calculada no 4º trimestre baseada na orientação CVM através de Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, onde a Controlada ajustou o valor do seu reconhecimento inicial, que estava líquido de PIS e COFINS, além da taxa de desconto utilizada, onde passou a aplicar a taxa nominal.

b) *Movimentação do passivo de arrendamento*

	Controladora	Consolidado
Adoção inicial - IFRS 16/NBC TG (R3)	657.065	657.100
Saldos em 1º de janeiro de 2019	657.065	657.100
Juros incorridos	41.838	41.854
Pagamentos	(229.530)	(229.852)
Remensuração	99.989	100.510
Saldos em 31 de dezembro de 2019	569.362	569.612
Circulante	262.177	262.179
Não Circulante	307.185	307.433
	569.362	569.612

6. Novas normas, alterações e interpretações adotadas a partir de 1º de janeiro de 2019
—Continuação

6.2 Ativo de direito de uso e Passivo de arrendamento -- Continuação

c) *Cronograma de vencimento do passivo de arrendamento*

	Vencimento	Controladora	Consolidado
2020		262.177	262.179
2021		138.515	138.515
2022		73.536	73.666
2023		40.298	40.298
2024		26.164	26.282
Demais anos		28.672	28.672
		569.362	569.612

d) *Crédito de PIS e COFINS*

A Controlada possui direito a crédito de PIS e COFINS nos contratos de aluguel que aderiram ao NBC TG 06 (R3) na ocorrência de seus pagamentos. Apresentamos abaixo os valores potenciais desses impostos, considerando o saldo dos contratos na adoção e o seu ajuste a valor presente no consolidado:

	Valor Nominal		Ajustado a valor presente	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Contraprestação do arrendamento	712.405	712.871	657.065	657.100
PIS e COFINS potencial (9,25%)	65.897	65.941	60.779	60.782

e) *Demais informações*

Com o objetivo de estar em conformidade com a norma, a Companhia optou pela adoção da metodologia de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados considerando uma taxa nominal na aplicação dessa técnica. Entendemos que essa metodologia gera distorções relevantes na informação prestada,

considerando a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro.

Além do mais, devido às características dos seus contratos de arrendamento, a Controlada considera como metodologia ideal a utilização de uma taxa real de desconto na aplicação do fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos descontados.

6. Novas normas, alterações e interpretações adotadas a partir de 1º de janeiro de 2019 —Continuação

6.2 Ativo de direito de uso e Passivo de arrendamento -- Continuação

e) Demais informações--Continuação

Desta forma, para resguardar a representação fidedigna da informação e em atendimento as áreas técnicas da CVM, apresentamos abaixo os saldos comparativos do ativo de direito de uso, passivo de arrendamento, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício social encerrado e do exercício anterior:

	Taxa média a.a.	Adoção	Ano 1
Direito de Uso			
FCD Real x Taxa Nominal (CPC 06 e Metodologia aplicada) (*)	8,27%	651.095	547.842
FCD Nominal x Taxa Nominal (Benchmarking CVM) (*)	8,27%	762.959	571.016
FCD Real x Taxa Real (Característica contrato)	6,01%	657.065	601.940
Passivo de Arrendamento			
FCD Real x Taxa Nominal (CPC 06 e Metodologia aplicada)		651.095	569.364
FCD Nominal x Taxa Nominal (Benchmarking CVM)		762.959	592.663
FCD Real x Taxa Real (Característica contrato)		657.065	623.740

Despesa Financeira

FCD Real x Taxa Nominal (CPC 06 e Metodologia aplicada)	61.778
FCD Nominal x Taxa Nominal (Benchmarking CVM)	55.484
FCD Real x Taxa Real (Característica contrato)	41.846

Despesa de Depreciação

FCD Real x Taxa Nominal (CPC 06 e Metodologia aplicada)	196.306
FCD Nominal x Taxa Nominal (Benchmarking CVM)	191.943
FCD Real x Taxa Real (Característica contrato)	209.257

7. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

7.1. Política contábil de caixa e equivalentes

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista, investimentos temporários de curto prazo, de liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de variação ou alteração de seu valor.

As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

7.2. Composição de caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa	14.158	10.954	14.168	10.958
Bancos conta movimento	19.629	27.012	22.910	28.861
Aplicações Financeiras (7.3)	555.779	178.674	688.420	356.916
	589.566	216.640	725.498	396.735

7. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários – Continuação

7.3. Composição das aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Operações compromissadas LAM (i)	-	80.253	-	107.649
Operações compromissadas CDB (ii)	555.779	53.173	592.444	93.294
Operações compromissadas DI (iii)	-	-	95.966	92.683
Fundos de investimentos (iv)	-	45.248	-	45.248
Letra financeira (v)	-	-	10	18.042
	555.779	178.674	688.420	356.916

- (i) Referem-se às operações compromissadas em Letra de arrendamento mercantil – LAM, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso por parte do vendedor (Banco) de recompra-la e do comprador (Companhia) de reevende-la a qualquer momento e sem perda de rendimento. Em 31 de dezembro 2018, as operações apresentaram remuneração média de 109,14% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.
- (ii) Referem-se às aplicações em CDB com compromisso de recompra a qualquer tempo pela instituição financeira e sem perda de rendimento. Em 31 de dezembro de 2019, as operações apresentaram remuneração média de 100,70% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (99,46% em 31 de dezembro de 2018).
- (iii) Referem-se às aplicações da controlada Sax com compromisso de recompra pela instituição financeira no próximo dia útil subsequente à aplicação. Em 31 de dezembro de 2019, as operações apresentaram remuneração média de 96,59% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (97,66% em 31 de dezembro de 2018).
- (iv) Fundos de Investimentos de renda fixa, com classificação de baixo risco, os quais rentabilizaram em média 100% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI em 31 de dezembro de 2018.
- (v) Referem-se a aplicações em compromissadas com lastro em letras financeiras do tesouro adquiridas no mercado secundário com remuneração média de 101,46% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI em 31 de dezembro de 2018, as quais foram resgatadas em 2019.

7. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários – Continuação

7.4. Composição de títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Bancos bloqueio judicial – conta corrente (i)	-	763	-	844
CDB (bloqueio judicial) (ii)	-	207	-	337
Fundos de investimentos (iii)	49.484	73.647	49.484	74.565
Aplicações em CDB (iv)	-	-	7.129	20.367
Operações compromissadas LAM	97	-	179	-
Braskem ações	515	1.029	515	1.029
Bloqueio judicial – outros	212	509	219	590
	50.308	76.155	57.526	97.732
Ativo circulante	515	1.029	515	1.029
Ativo não circulante	49.793	75.126	57.011	96.703
	50.308	76.155	57.526	97.732

(i) Referem-se aos saldos em conta corrente dados em garantia a processos judiciais com o Banco.

(ii) Aplicações em Certificados de Depósito Bancário – CDB dados em garantia em processos judiciais. Em 31 de dezembro de 2019, apresentou remuneração média de 102,24% (Controladora) e 100,75% (Consolidado) do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (98,77% em 31 de dezembro de 2018).

(iii) Em 31 de dezembro de 2019 os fundos de Investimentos dados em garantia das operações com Debêntures relativas a 4ª emissão apresentou remuneração média de 97,66% CDI no valor de R\$43.053 (R\$41.047 em 31 de dezembro de 2018), operação de co-branded com o Itaú Unibanco apresentou remuneração média de 96,22% CDI no valor de R\$6.002 (R\$32.600 em 31 de dezembro de 2018) e a garantia a processos judiciais apresentou remuneração média 56,21% CDI no montante de R\$429.

(iv) Referem-se as aplicações em Certificados de Depósito Bancário – CDB dados em garantia na operação de financiamento junto ao Santander. Em 31 de dezembro de 2019 apresentou remuneração média de 99,00% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (99,00% em 31 de dezembro de 2018).

7.5. Risco de crédito

Conforme política financeira da Companhia, os equivalentes de caixa, as aplicações financeiras e os títulos e valores mobiliários devem ser aplicados em instituições financeiras com rating de longo prazo em escala nacional classificados com baixo risco de crédito e com reconhecida solidez no mercado.

8. Contas a receber de clientes

8.1. Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de cartão de crédito (Marisa e terceiros) e de empréstimo pessoal no curso normal das atividades da Companhia. As operações de venda a prazo são registradas pelo valor faturado, ajustados ao valor presente, considerando-se a taxa média do custo de captação da Companhia, pois o preço à vista e o parcelamento têm o mesmo valor de venda, não sendo política da Companhia conceder descontos para pagamentos antecipados; além disso, não é considerada a variável juros na política de precificação dos produtos.

A provisão para perdas em créditos é constituída com base na análise das carteiras de clientes, e em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face as perdas esperadas na realização dos créditos.

8.2. Composição das carteiras

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Cartões de crédito — terceiros (i)	140.983	113.086	141.027	113.086
Cartão Marisa — “private label”	162.256	31.873	336.486	310.244
Cartão Marisa Itaucard — “co-branded” (ii)	39.929	38.546	39.929	38.546
Contas a receber — Banco Itaú Unibanco	-	-	5.790	6.709
Operações de crédito pessoal — SAX	-	-	178.207	162.487
Reestruturação Financeira — SAX (iii)	-	-	326.993	204.121
Outras contas a receber	21	5	215	19
Ajuste a valor presente	(2.261)	(3.824)	(2.261)	(3.818)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (iv)	-	-	(153.895)	(80.497)
	340.928	179.686	872.491	750.897

(i) Refere-se ao saldo com administradoras de cartões de crédito com recebimento em até 90 dias é de 93,6% em 31 de dezembro de 2019 (95,0% em 31 de dezembro de 2018).

(ii) Conforme contrato celebrado com o Banco Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A. (“Itaú Unibanco”) para criação do cartão de crédito Itaú Unibanco/Marisa (“co-branded”), nas situações em que ocorre a migração do cliente detentor do “Cartão Marisa” para este novo cartão, os saldos a receber em aberto são automaticamente assumidos pelo Itaú Unibanco, o qual pagará à Companhia o valor principal acrescido de juros previamente contratados pelo cliente nas vendas parceladas, se aplicável.

(iii) Refere-se a reestruturação entre Club e Sax, conforme nota explicativa nº 1.1.

(iv) O critério de provisão do Cartão Marisa, tem como base o histórico de realização da carteira de crédito, levando em consideração a performance de recuperação dos recebíveis até 360 dias após o vencimento. Essa metodologia tem suportado as estimativas de perdas nesta carteira com razoável grau de assertividade, e atende aos conceitos do Pronunciamento Técnico NBC TG 48/IFRS 9. Tal critério, tanto para distribuição das faixas, como para atribuição do percentual de provisão não é comparável com o utilizado

para carteiras de crédito de instituições financeiras, que estão sob a norma do Banco Central (Res. 2682), que estabelece, entre outros o arrasto dos saldos dos clientes para a pior faixa de risco, com a aplicação de percentuais mínimos de provisão para cada faixa.

8. Contas a receber de clientes—Continuação

8.3. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber vencidas há mais de 180 dias são baixadas do saldo das contas a receber de clientes em contrapartida da provisão para perdas em crédito, exceto as operações com empréstimos pessoais, as quais são mantidos em carteira até completarem 360 dias do vencimento, em razão da prática das instituições financeiras.

Movimentação

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(86.111)
Adoção inicial do NBC TG 48/IFRS 9	(5.008)
Créditos provisionados no exercício	(203.891)
Reestruturação Financeira (nota explicativa nº 1.1)	(26.849)
Créditos baixados definitivamente	241.362
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(80.497)
Créditos provisionados no exercício	(75.493)
Reestruturação Financeira (nota explicativa nº 1.1)	(67.743)
Créditos baixados definitivamente	69.838
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(153.895)

8.4. Aging da carteira — cartão de crédito Marisa

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
A vencer:				
Até 30 dias	101.309	23.638	107.217	107.571

De 31 a 60 dias	42.835	2.572	55.003	52.986
De 61 a 90 dias	11.417	1.876	43.057	40.574
De 91 a 120 dias	2.556	1.334	29.692	25.712
De 121 a 150 dias	1.644	868	19.704	15.938
De 151 a 180 dias	870	423	15.086	4.153
De 181 a 210 dias	629	407	3.620	2.709
Acima de 210 dias e menor de 360 dias	996	755	6.579	6.035
Soma do saldo a vencer	162.256	31.873	279.958	255.678
Percentual sobre a carteira total	100,00%	100,00%	83,20%	82,41%
Vencidas:				
Até 30 dias	-	-	28.679	28.068
De 31 a 60 dias	-	-	5.782	6.327
De 61 a 90 dias	-	-	3.156	5.120
De 91 a 120 dias	-	-	2.573	5.442
De 121 a 150 dias	-	-	2.142	4.658
De 151 a 180 dias	-	-	14.196	4.951
Total do saldo vencidas	-	-	56.528	54.566
Percentual sobre a carteira total	0,00%	0,00%	16,80%	17,59%
Total dos saldos a vencer e vencidas	162.256	31.873	336.486	310.244

8. Contas a receber de clientes—Continuação

8.5. Aging da carteira — empréstimo pessoal (SAX)

	Consolidado	
	2019	2018
A vencer:		
Até 30 dias	27.217	24.794
De 31 a 60 dias	23.413	21.490
De 61 a 90 dias	19.059	16.631
De 91 a 180 dias	36.204	32.247
Acima de 181 dias	23.084	20.170
Soma do saldo a vencer	128.977	115.332

Percentual sobre a carteira total	72.37%	70,98%
Vencidas:		
Até 30 dias	8.967	8.407
De 31 a 60 dias	6.071	5.553
De 61 a 90 dias	5.566	5.100
De 91 a 120 dias	5.381	4.976
De 121 a 150 dias	4.959	4.656
De 151 a 180 dias	4.522	4.403
De 181 a 240 dias	7.382	7.459
De 241 a 300 dias	4.503	4.592
De 301 a 360 dias	1.879	2.009
Total do saldo vencidas	49.230	47.155
Percentual sobre a carteira total	27.63%	29,02%
Total dos saldos a vencer e vencidas	178.207	162.487

8.6. Aging da carteira — reestruturação financeira (SAX e CLUB)

	Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018
A vencer:		

Até 30 dias	32.987	28.032
De 31 a 60 dias	24.995	20.245
De 61 a 90 dias	25.494	20.725
De 91 a 180 dias	50.654	47.302
Acima de 181 dias	27.839	26.301
Soma do saldo a vencer	161.969	142.605
Percentual sobre a carteira total	49.53%	69,86%
Vencidas:		
Até 30 dias	20.986	19.249
De 31 a 60 dias	12.972	12.180
De 61 a 90 dias	12.988	10.577
De 91 a 120 dias	13.525	6.440
De 121 a 150 dias	13.133	7.360
De 151 a 180 dias	12.362	5.710
De 181 a 240 dias	26.268	-
De 241 a 300 dias	52.790	-
Total do saldo vencidas	165.024	61.516
Percentual sobre a carteira total	50,47%	30,14%
Total dos saldos a vencer e vencidas	326.993	204.121

8. Contas a receber de clientes—Continuação

8.7. Risco de crédito

As políticas de vendas e concessão de crédito da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração, suportadas por sistemas tecnológicos e processos avançados, vinculados a área de risco e fraude, visando minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de seus clientes que considera a capacidade de pagamento através de análise de crédito.

9. Estoques

9.1. Política contábil

Os estoques são apresentados pelo menor entre o valor de custo e o valor líquido realizável.

Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio, incluindo os impostos não recuperáveis, custos de transporte, seguro, manuseio e demais custos necessários para trazer os estoques às suas condições atuais. Para o cálculo do ajuste a valor presente, considera-se o custo médio de captação da Companhia.

Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas, constituída pela Administração, em caso de desvalorização, obsolescência, baixa rotatividade de produtos e perdas de inventário.

9.2. Composição

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Mercadorias para revenda	437.732	383.485
Provisões para perdas dos estoques	(24.878)	(49.377)
Ajuste a valor presente	(3.134)	(3.675)
Mercadorias para revenda, líquidas	409.720	330.433
Importação em andamento	20.032	18.121
Estoque de material de consumo e embalagem	11.918	12.745
	441.670	361.299

9. Estoques-Continuação

9.3. Provisão para perdas

	Consolidado e Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(12.631)
Provisão constituída	(55.913)
Baixa de provisão	19.167
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(49.377)
Provisão constituída	(26.667)
Baixa de provisão	51.166
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(24.878)

10. Tributos a recuperar

10.1. Política contábil

Os tributos a recuperar são aqueles incluídos nas operações de aquisições de bens e serviços geralmente vinculados as atividades operacionais da Companhia. Tais tributos não apropriados aos custos dos estoques e são adotados os critérios estabelecidos nas legislações vigentes para sua apropriação.

10.2. Composição

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Imposto sobre Circulação Mercadorias e Serviços – ICMS	4.500	10.759	4.500	10.759
Imposto de renda sobre aplicação financeira	8.184	6.407	10.764	7.983
Imposto de Renda e contribuição social a recuperar	395	388	84.776	71.115
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	887	292	2.630	3.980
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS (i)	580.688	705.252	586.339	710.905
Programa de Integração Social – PIS (i)	127.063	153.366	128.652	154.821

Imposto sobre produtos industrializados — IPI	2.154	3.059	2.154	3.059
Outros	5.951	4.766	6.929	4.765
	729.822	884.289	826.744	967.387
Ativo circulante	179.770	335.772	276.692	348.143
Ativo não circulante	550.052	548.129	550.052	548.129
	729.822	883.901	826.744	896.272

10. Tributos a recuperar—Continuação

10.2. Composição—Continuação

Do montante registrado como não circulante, a Companhia apresenta o valor de R\$932 referente à créditos de ICMS e R\$546.408 referente aos créditos de PIS e COFINS. Assim sendo, temos a expectativa de compensação desses créditos conforme relacionada a seguir:

Vencimento	Controladora e Consolidado
2021	134.791
2022	144.900
2023	149.972
2024	117.677
	547.340

(i) A Companhia ingressou com medida judicial (Ação Declaratória no rito Ordinário) em janeiro de 2015, e obteve decisão favorável através da concessão de antecipação de tutela, para excluir o ICMS sobre vendas de mercadorias da base de cálculo do PIS e da COFINS. Em março de 2018, a Companhia obteve o trânsito em julgado dessa medida judicial, e reconheceu o ativo nos valores da seguinte forma:

- Referente ao período de janeiro a junho de 2015, o reconhecimento e contabilização se deram em março de 2018, que em setembro de 2018 totalizava o montante total de R\$33.370 (incluindo atualização monetária);
- Para o exercício de dezembro de 2014, o ativo foi reconhecido e contabilizado no valor de R\$13.823 (incluindo atualização monetária) em setembro de 2018.

Adicionalmente, a Companhia obteve decisão favorável em Tribunal Superior, no sentido de reconhecer seu direito de recuperar valores recolhidos indevidamente de PIS/COFINS-Importação do exercício de 2008 a 2013, incidentes sobre o ICMS e as próprias

contribuições que compuseram as suas bases de cálculo das operações de importação de mercadorias para revenda. A Companhia realizou os levantamentos e reconheceu os valores relativos ao exercício de 2011 a 2013, no valor de R\$9.073 (incluindo atualização monetária) em setembro de 2018. Em complemento ao levantamento dos créditos, a Companhia reconheceu em setembro de 2018 o valor de R\$31.016 (incluindo R\$12.512 de atualização monetária) relativos ao exercício de 2014 a 2018.

10. Tributos a recuperar—Continuação

10.2. Composição—Continuação

Em setembro de 2018, a Companhia reconheceu créditos fiscais extemporâneos relativos a: (i) PIS/COFINS calculados sobre as receitas de subvenção governamental de ICMS, no valor de R\$11.443; e (ii) Exclusão de despesas de condomínio e fundo de promoção da base de cálculo de PIS/COFINS, no valor de R\$24.582.

Em novembro de 2018, a Companhia obteve êxito em ação judicial (RE/504.365) perante o Supremo Tribunal Federal referente a inconstitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do Pis e da Cofins. A ação transitou em julgado, garantindo a Companhia o direito de reaver, mediante compensação, os valores já recolhidos e não prescritos, devidamente corrigidos. O impacto total registrado em 31 de dezembro de 2018 corresponde a R\$801.260, os quais foram homologados perante a Receita Federal em 29 de março de 2019. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo desses créditos é de R\$596.368 (R\$799.099 em 31 de dezembro de 2018).

Em dezembro de 2018, a Companhia reconheceu créditos fiscais extemporâneos relativos a PIS/COFINS relativos a exclusão de despesas de IPTU da base de cálculo de PIS/COFINS, no valor de R\$5.098 mil.

10.3. Plano de compensação do PIS e Cofins a recuperar

O Crédito Fiscal reconhecido no último trimestre de 2018, no valor de R\$801.260, teve seu pedido de habilitação executado e a Companhia teve a confirmação de sua homologação da Secretaria da Receita Federal em 29 de março de 2019, os quais já estão sendo compensados por meio de PERDCOMP com outros tributos federais. Em 2019 houve compensação da ordem de R\$205 .

A Companhia realizou um estudo com base nos últimos recolhimentos de Pis e Cofins, além de considerar também as projeções orçamentárias para o próximo exercício, e a expectativa de realização dos saldos dos valores relativos aos créditos fiscais, oriundos da Exclusão do ICMS da base de cálculo do Pis e da Cofins e demais acima mencionados, estão classificados em R\$168.583 em curto prazo (R\$312.210 em dezembro de 2018), e R\$546.408 (R\$546.408 em dezembro de 2018) no longo prazo.

11. Imposto de renda e contribuição social

11.1. Política contábil

11.1.1. Imposto de renda e contribuição social — correntes

A provisão para Imposto de Renda Pessoa Jurídica IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido CSLL é calculada de acordo com a legislação fiscal vigente, com base no lucro líquido contábil ajustado pelas adições e exclusões de despesas e receitas não dedutíveis ou não tributáveis fiscalmente no momento do seu registro.

Para a Controlada Registrada, o regime de apuração utilizado é o lucro presumido. Para as demais empresas, as bases de cálculo do IRPJ e da CSLL são apuradas com base no regime de lucro real anual.

11.1.2. Imposto de renda e contribuição social — diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos foram calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos no montante provável em que os lucros tributáveis futuros serão suficientes para deduzir todas as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais do IRPJ e as bases negativas de CSLL. O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelas alíquotas esperadas na realização dos respectivos impostos diferidos ativos ou na liquidação dos impostos diferidos passivos. A despesa com IRPJ e CSLL diferidos é reconhecida no resultado do exercício, exceto quando se referir a bases cujos efeitos são contabilizados diretamente no patrimônio líquido; nesse caso, a despesa é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro diferidos ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

11. Imposto de renda e contribuição social—Continuação

11.1. Política contábil—Continuação

11.1.3. Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Periodicamente, a Companhia revisa os saldos de composição e projeção de orçamento para realização do imposto de renda e contribuição social diferidos da controladora e de suas controladas. Na revisão das estimativas da Controladora referente aos saldos de ativos fiscais diferidos do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia observou que um dos fatores mais relevantes para fins orçamentários era com relação a elaboração das projeções de receita, que tem apresentado resultados abaixo do orçado nos últimos exercícios.

Diante disso, a Companhia entendeu que o histórico de prejuízos recorrentes se tornou a evidência mais substancial para determinar se ativos fiscais diferidos são realizáveis na medida em que existirão resultados tributáveis futuros, já que as metas para alcançar lucros fiscais não estavam sendo atingidas. Dessa forma, a Companhia decidiu por realizar a baixa integral do prejuízo fiscal e base negativa de imposto de renda e contribuição social, bem como as diferenças temporárias da Controladora Marisa S.A. em 31 de dezembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2019, o estudo foi revisitado e a conclusão permanece a mesma.

11. Imposto de renda e contribuição social—Continuação

11.2. Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Prejuízo fiscal	243.513	197.078	253.604	206.606
Base negativa de CSLL	87.665	70.948	91.297	74.378
Provisão para riscos	32.765	29.940	38.108	34.810
Receita diferida — parcerias	-	-	20.328	26.385
Provisão para perdas ao valor recuperável	-	-	28.161	21.642
Provisão para perdas nos estoques	8.458	16.788	8.458	16.788
Provisões contas a pagar	23.693	33.336	26.593	34.966
Remuneração variável	6.078	2.337	6.313	2.427
Comissão de cartões	1.101	-	1.101	870
Provisão de aluguéis	1.296	3.736	1.296	3.736
Ajuste a valor presente	3.090	873	1.986	(971)
Provisão para perdas (ganhos) de <i>swap</i>	-	281	-	281
Provisão para perdas (ganhos) de <i>hedge accounting</i>	568	304	568	304
Adoção inicial do NBC TG 48/IFRS 9 — Perdas esperadas	-	-	-	4.742
	(92)	5.086	(721)	3.783
Outros				
Baixa de Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa	(331.178)	(268.026)	(331.178)	(268.026)
Baixa de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias	(76.389)	(92.377)	(76.389)	(92.377)
	568	304	69.525	70.344

11.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos

A Companhia possui ativos fiscais diferidos não reconhecidos e ativos que foram baixados em 2018, por não ser provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis, para que a Companhia possa utilizar seus benefícios, conforme demonstrado a seguir:

Base	2019		2018	
	Valor	Efeito tributário	Valor	Efeito tributário
Diferenças temporárias	224.678	76.391	271.698	92.377
Prejuízo fiscal e base negativa acumulados	974.052	331.178	760.716	258.643
	1.198.730	407.569	1.032.414	351.020

11. Imposto de renda e contribuição social—Continuação

11.4. Conciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(112.361)	493.913	(79.944)	553.248
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito e despesa do IRPJ e da CSLL, de acordo com a alíquota vigente	38.203	(167.930)	27.181	(188.104)
Multas em auto de infração	-	(445)	-	(573)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	30.180	22.358	-	-
Efeitos da diferença de alíquota da CSLL da financeira SAX (i)	-	-	(5.385)	(11.152)
Outras adições (exclusões) permanentes	1.528	4.216	(4.930)	(3.068)
Lucro, exceto resultado financeiro, das controladas cuja tributação é feita com base no lucro presumido:				
Reversão do efeito da tributação — lucro real	-	-	-	2.705
Tributação pelo regime de lucro presumido, utilizando-se a receita bruta de vendas como base para cálculo	-	-	-	(944)
Prejuízos Fiscais e base negativa	-	54.266	-	54.266
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias e prejuízos fiscais do exercício, para os quais não foram registrados, em virtude de não haver evidências sobre sua realização:				
Diferenças temporárias	19.067	(43.518)	39.695	(43.518)
Prejuízos Fiscais e base negativa (reversão)	-	(334.497)	-	(334.497)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre prejuízos fiscais não reconhecidos	(88.978)	-	(88.978)	-
	-	(465.550)	(32.417)	(524.885)
Imposto de renda e contribuição social efetivos				
Correntes	-	(126.518)	(31.334)	(184.816)

Diferidos	-	(339.032)	(1.083)	(340.069)
	-	(465.550)	(32.417)	(524.885)

- (i) A diferença de alíquota da CSLL é decorrente da consolidação dos saldos da controlada indireta SAX S/A — Crédito, Financiamento e Investimento, a qual possui alíquota de 15% (20% em 31 de dezembro de 2018) em consonância com a Lei nº 13.169/15.

12. Partes relacionadas

12.1. Política contábil

A Companhia aplica as normas contábeis na identificação e contabilização das transações com partes relacionadas; saldos existentes, incluindo compromissos, entre a entidade que reporta a informação e tais partes relacionadas, e na determinação das divulgações a serem feitas acerca dessas transações.

Tais transações e saldos existentes com outras entidades de grupo são divulgadas em destaque nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Transações e saldos intercompanhias existentes são eliminados, exceto em relação àqueles entre a entidade (enquanto investidora) e suas controladas, as quais são mensuradas e registradas pelo valor justo por meio de resultado na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A demonstração do resultado e o balanço patrimonial da entidade podem ser afetados por um relacionamento com partes relacionadas mesmo que não ocorram transações entre elas. A mera existência do relacionamento pode ser suficiente para afetar as transações da entidade com outras partes.

Em sua operação regular, a Companhia possui transações com entidades do mesmo grupo econômico, destacando-se:

- Operações de venda a prazo no cartão de crédito, comercialização de seguros e outros serviços, assim como concessão de empréstimos pessoais são realizados nas dependências das lojas Marisa;
- As despesas administrativas do grupo incorridas são compartilhadas entre as entidades e posteriormente rateadas, respeitando a vigência dos contratos firmados entre as partes;
- Aluguéis devidos pela Companhia a empresas do Grupo;
- Adiantamentos recebidos com posterior distribuição de dividendos.

12. Partes relacionadas--Continuação

12.2. Composição

12.2.1. Saldos e transações eliminados na consolidação

Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas foram eliminados na consolidação e estão sendo apresentados nesta nota na divulgação da Controladora. Os detalhes estão apresentados a seguir:

	Controladora	
	2019	2018
<u>Ativo circulante:</u>		
Club Administradora de Cartões de Crédito Ltda.	18.264	21.673
Sax S.A. — Crédito, Financiamento e Investimento	7.648	5.086
	25.912	26.759
<u>Passivo circulante:</u>		
Club Administradora de Cartões de Crédito Ltda.	2.859	8.683
Due Mille Participações Ltda.	-	1
Adiantamento de partes relacionadas	-	2.369
	2.859	11.053
	Controladora	
	2019	2018
<u>Resultado:</u>		
Club Administradora de Cartões de Crédito S.A. (i)	600	600

(i) Refere-se à comissão fixa paga por administração do Cartão Marisa e repasse de valores por pagamento de clientes nas lojas.

12.2.2. Composição das operações com outras partes relacionadas — transações não consolidadas

Os saldos e as transações entre a Companhia e partes relacionadas, as quais não foram eliminadas em acordo as normativas contábeis requeridas para partes relacionadas não controladas, estão demonstrados a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018

Passivo circulante:

Fundo de Investimento Imobiliário Brasil	7.064	41
	7.064	41

12. Partes relacionadas—Continuação**12.2. Composição**—Continuação12.2.2. Composição das operações com outras partes relacionadas — transações não consolidadas—Continuação

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
<u>Resultado:</u>		
Mareasa Participações Ltda. (i)	224	-
Fundo de Investimento Imobiliário Brasil (i)	43.551	40.806
	43.775	40.806

(i) A Companhia possui contratos de locação de imóveis para determinadas lojas cujas despesas estão registradas na rubrica "arrendamentos a pagar" na demonstração do resultado.

12.3. Remuneração da Administração da Companhia

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 24 de abril de 2019, foi fixado o limite de remuneração global dos administradores em até R\$17.601 para o exercício social de 2019 (R\$18.464 para o exercício de 2018). A despesa com remuneração da Administração está contabilizada na rubrica "Despesas Gerais e Administrativas", na demonstração do resultado e está assim demonstrada:

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Comitê de Auditoria, Conselho de Administração e Fiscal	1.860	1.021
Diretoria	7.717	5.572
Assistência médica	430	264
Plano de opções de ações e incentivo de longo prazo e outros	24.913	(188)

34.920	6.669
---------------	-------

13. Investimentos (controladora)

13.1. Política contábil

As participações em sociedades controladas e em coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial na Controladora. Nas operações entre as controladas da Companhia, os ganhos ou perdas não realizadas, foram eliminados. As práticas contábeis adotadas pelas sociedades controladas são uniformes com as adotadas pela Companhia.

13. Investimentos (controladora)—Continuação**13.2. Composição**

	2019						
	Participação direta e indireta %	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Total do investimento	Resultado da equivalência
Club	100,00%	585.894	348.276	237.618	372	237.618	372
Max	100,00%	134.307	(1.101)	135.408	80.457	135.408	80.458
Registrada	100,00%	3.817	298	3.519	7.935	3.519	7.935
						376.545	88.765

	2018						
	Participação direta e indireta %	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Total do investimento	Resultado da equivalência
Club	99,99%	619.458	382.212	237.246	1.139	237.247	1.138
Max	99,99%	127.258	210	127.048	56.380	127.048	56.380
Registrada	99,99%	9.842	277	9.565	7.013	9.565	7.013
						373.860	64.531

13.3. Movimentação dos investimentos em controladas

Saldo em 31 de dezembro de 2017	361.510
Participação no resultado das controladas	64.531
Baixa de ágio Netpoints (i)	(12.173)
Adoção inicial do NBC TG 48/IFRS 9	(5.008)
Dividendos recebidos	(35.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	373.860
Participação no resultado das controladas	88.765
Dividendos recebidos	(86.080)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	376.545

(i) Em 30 de setembro de 2018, a Companhia realizou a baixa ao valor recuperável do ágio da

Netpoints no valor de R\$11.219. A diferença de R\$955 foi reclassificada para a rubrica "Outros créditos", no ativo circulante, uma vez que esta participação foi alienada em 1º de fevereiro de 2019.

13.4. Informações financeiras resumidas das controladas

<u>Balanco patrimonial</u>	Club	Max	egistrada	Total
Ativo Circulante	478.406	(80)	3.817	482.143
Ativo não circulante	107.488	34.387	-	241.875
Passivo circulante	294.469	(1.101)	298	293.666
Passivo não circulante	53.807	-	-	53.807
Patrimônio líquido	237.618	35.408	3.519	376.545
<u>Demonstração do resultado</u>				
Receita líquida	205.890	-	8.977	214.867
Lucro líquido	372	80.458	7.935	88.765

14. Imobilizado e intangível

14.1. Política contábil

14.1.1. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando necessário.

14.1.2. Intangível

Os gastos com as aquisições de licenças de programas de computador ("software") e de sistemas de gestão empresarial são capitalizados e amortizados e os gastos associados à respectiva manutenção são reconhecidos como despesas quando incorridos.

Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados sejam superiores ao respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os gastos com desenvolvimento de software são

amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

Os fundos de comércio e os direitos de uso de infraestrutura pagos pela Companhia quando da assinatura dos contratos de aluguel são capitalizados e, posteriormente, amortizados linearmente pelo prazo do respectivo contrato de locação, pois não são recuperáveis ao final do prazo de locação.

A vida útil estimada é revisada ao final de cada exercício. A despesa de amortização dos ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado, na rubrica de “despesa consistente com a funcionalidade do ativo intangível”.

14. Imobilizado e intangível—Continuação

14.1. Política contábil—Continuação

14.1.3. Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros

Os bens do imobilizado e intangível e, quando aplicável, outros ativos não financeiros são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente de situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, ela é reconhecida no resultado do exercício. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC’s), os quais correspondem a cada uma das lojas.

14.2. Composição do imobilizado

	Controladora					
	2019			2018		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Instalações	315.807	(242.364)	73.443	316.359	(225.740)	90.619
Benfeitorias em imóveis de terceiros	754.295	(722.220)	32.075	773.288	(718.380)	54.908
Equipamentos de informática	131.613	(118.930)	12.683	127.353	(114.064)	13.289
Móveis e utensílios	215.274	(159.897)	55.377	215.079	(147.656)	67.423
Outros imobilizados	5.423	(4.022)	1.401	42.968	(36.397)	6.571
Provisão para redução ao valor recuperável	-	-	(1.202)	-	-	(12.936)
	.422.412	1.247.433)	173.777	1.475.047	(1.242.237)	219.874
	Consolidado					
	2019			2018		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Instalações	316.315	(242.715)	73.600	316.863	(226.045)	90.818
Benfeitorias em imóveis de terceiros	755.161	(722.936)	32.225	774.155	(719.013)	55.142
Equipamentos de informática	140.024	(125.444)	14.580	135.753	(119.565)	16.188
Móveis e utensílios	216.886	(161.135)	55.751	216.594	(148.919)	67.675
Outros imobilizados	5.972	(4.438)	1.534	43.507	(36.754)	6.753
Provisão para redução ao valor recuperável	-	-	(1.202)	-	-	(12.936)
	.434.358	1.256.668)	176.488	1.486.872	(1.250.296)	223.640

14. Imobilizado e intangível—Continuação

14.3. Movimentação do valor contábil líquido do imobilizado

	Tx Média Anual %	Controladora					2019
		2018	Adições	Baixas	Depreciação	Transferência	
			(iii)		(ii)		
Instalações	10	90.619	6.975	(1.784)	(22.367)	-	73.443
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(i)	54.908	2.641	(1.304)	(24.170)	-	32.075
Equipamentos de informática	20	13.289	5.111	(99)	(5.618)	-	12.683
Móveis e utensílios	10	67.423	4.399	(1.032)	(15.413)	-	55.377
Outros imobilizados	10	6.571	184	(2.794)	(2.560)	-	1.401
Provisão para redução ao valor recuperável		(12.936)	(1.202)	12.936	-	-	(1.202)
		219.874	18.108	5.923	(70.128)	-	173.777

(i) O prazo de amortização é realizado conforme prazo contratual, variando entre 5 a 10 anos para ambos os exercícios.

(ii) O total da depreciação das contas patrimoniais difere em R\$3.750 mil do resultado pelo fato de haver compartilhamento de despesas de depreciação entre a controladora e suas controladas.

(iii) O total das adições das contas patrimoniais difere em R\$1.202 das aquisições de imobilizado do fluxo de caixa, por conta da provisão para redução ao valor recuperável do imobilizado.

	Tx Média Anual %	Controladora					2018
		2017	Adições	Baixas	Depreciação	Transferência	
Instalações	10	110.991	5.585	(1.345)	(24.638)	26	90.619
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(i)	88.084	6.662	(316)	(38.158)	(1.364)	54.908
Equipamentos de informática	20	18.991	2.300	(10)	(8.260)	268	13.289
Móveis e utensílios	10	85.643	6.846	(839)	(20.422)	(3.805)	67.423
Outros Imobilizados	10	2.943	1.100	(682)	(613)	3.823	6.571
Provisão para redução ao valor recuperável		-	13.988)	-	-	1.052	(12.936)
		306.652	8.505	(3.192)	(92.091)	-	219.874

	Tx Média Anual %	Consolidado					2019
		2018	Adições	Baixas	Depreciação	Transferência	

Instalações	10	90.818	6.981	(1.787)	(22.412)	-	73.600
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(i)	55.142	2.641	(1.305)	(24.253)	-	32.225
Equipamentos de informática	20	16.188	5.126	(100)	(6.640)	-	14.574
Móveis e utensílios	10	67.675	4.629	(1.050)	(15.489)	-	55.765
Outros imobilizados	10	6.753	184	(2.794)	(2.617)	-	1.526
Provisão para redução ao valor recuperável		(12.936)	(1.202)	12.936	-	-	(1.202)
		223.640	18.359	5.900	(71.411)	-	176.488

14. Imobilizado e intangível—Continuação

14.3. Movimentação do valor contábil líquido do imobilizado—Continuação

Consolidado							
	Tx Média Anual %	2017	Adições	Baixas	Depreciação	Transferência	2018
Instalações	10	111.205	5.616	(1.345)	(24.684)	26	90.818
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(i)	88.401	6.662	(316)	(38.242)	(1.363)	55.142
Equipamentos de Informática	20	22.978	2.332	(10)	(9.379)	267	16.188
Móveis e utensílios	10	85.847	7.026	(839)	(20.539)	(3.820)	67.675
Outros imobilizados	10	3.173	1.100	(682)	(676)	3.838	6.753
Provisão para redução ao valor recuperável		-	13.988)	-	-	1.052	(12.936)
		311.604	8.748	(3.192)	(93.520)	-	223.640

(i) O prazo de amortização é realizado conforme prazo contratual, variando entre 5 a 10 anos para ambos os exercícios.

14.4. Composição do intangível

	Controladora					
	2019			2018		
	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Software	329.165	(237.066)	92.099	293.086	(196.542)	96.544
Fundo de comércio	65.718	(58.864)	6.854	68.788	(58.871)	9.917
Direitos de uso de infraestrutura	25.499	(23.603)	1.896	25.843	(22.579)	3.264
Outros intangíveis	201	(139)	62	201	(139)	62
	420.583	(319.672)	100.911	387.918	(278.131)	109.787

	Consolidado					
	2019			2018		
	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Software	351.239	(250.137)	101.102	310.955	(206.735)	104.220
Fundo de comércio	65.718	(58.864)	6.854	68.788	(58.871)	9.917
Direitos de uso de infraestrutura	25.499	(23.603)	1.896	40.209	(36.946)	3.263
Outros intangíveis	14.433	(14.366)	67	68	-	68
	456.889	(346.970)	109.919	420.020	(302.552)	117.468

14. Imobilizado e intangível—Continuação

14.5. Movimentação do valor contábil líquido do intangível

Controladora							
	Tx Média Anual %	2018	Adições	Baixas	Amortização	Transferência	2019
Software	20	96.544	36.451	(826)	(40.070)	-	92.099
Fundo de comércio (i)	(ii)	9.917	-	-	(3.063)	-	6.854
Direitos de uso de infraestrutura (i)	20	3.264	-	(37)	(1.331)	-	1.896
Outros intangíveis	(iii)	62	-	-	-	-	62
		109.787	36.451	(863)	(44.464)	-	100.911

Controladora							
	Tx Média Anual %	2017	Adições	Baixas	Amortização	Transferência	2018
Software	20	99.008	34.995	(1)	(37.458)	-	96.544
Fundo de comércio (i)	(ii)	13.412	-	(60)	(3.435)	-	9.917
Direitos de uso de infraestrutura (i)	20	4.786	-	(31)	(1.491)	-	3.264
Outros intangíveis	(iii)	62	-	-	-	-	62
		117.268	34.995	(92)	(42.384)	-	109.787

14. Imobilizado e intangível—Continuação

14.5. Movimentação do valor contábil líquido do intangível--Continuação

Consolidado							
	Tx Média Anual %	2018	Adiçõe s	Baixas	Amortizaç ão	Transferênc ia	2019
Software	20	104.220	40.400	(827)	(42.692)	-	101.101
Fundo de comércio (i)	(ii)	9.917	-	-	(3.063)	-	6.854
Direitos de uso de infraestrutura (i)	20	3.263	-	(37)	(1.330)	-	1.896
Outros intangíveis	(iii)	68	-	-	-	-	68
		117.468	40.400	(864)	(47.085)	-	109.919

Consolidado							
	Tx Média Anual %	2017	Adiçõe s	Baixas	Amortizaç ão	Transferênc ia	2018
Software	20	104.888	38.792	(1)	(39.459)	-	104.220
Fundo de comércio (i)	(ii)	13.412	-	(60)	(3.435)	-	9.917
Direitos de uso de infraestrutura (i)	20	4.785	-	(31)	(1.491)	-	3.263
Outros intangíveis	(iii)	68	-	-	-	-	68
		123.153	38.792	(92)	(44.385)	-	117.468

(i) Fundo de comércio pago quando da celebração dos arrendamentos das lojas localizadas em ruas, enquanto que os direitos de uso de infraestrutura são os valores pagos referentes as lojas localizadas em shoppings.

(ii) O prazo de amortização é realizado conforme prazo contratual, variando entre 5 a 10 anos para ambos os períodos/exercícios.

(iii) Outros intangíveis referem-se a Marcas e Patentes, cuja vida útil é indefinida.

15. Fornecedores

15.1. Política contábil

Contas a pagar de fornecedores são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, trazidas a valor presente pelo custo médio de captação da Companhia, considerando-se o prazo efetivo de cada operação. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi utilizada para cálculo do Ajuste a Valor Presente de fornecedores, a taxa Selic de 0,56% a.m. (0,63% a.m. em 31 de dezembro de 2018). O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de "fornecedores" (retificadora) e tem como contrapartida a conta de "custo de mercadorias vendidas".

Em sua relação com seus fornecedores a Companhia adota como pratica a antecipação de recebíveis. Tais operações cujo, objetivo é atender necessidades de liquidez da cadeia de fornecedores, são feitas ora com recursos do próprio caixa, via linhas de crédito com bancos parceiros. Os descontos obtidos com estas antecipações são registrados como redução do custo das vendas, uma vez que estão diretamente relacionados ao contrato de fornecimento de mercadorias.

15.2. Composição

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Mercadoria para revenda nacional e suprimentos	432.967	420.346	433.002	420.346
Mercadoria para revenda importação	83.239	57.038	83.239	57.038
Serviços	22.441	15.310	22.633	15.920
Outros	87	1.493	104	1.497
Ajuste a valor presente	(3.680)	(4.578)	(3.680)	(4.578)
	535.054	489.609	535.298	490.223
Fornecedores	426.977	362.149	427.221	362.763
Fornecedores convênio	108.077	127.460	108.077	127.460
	535.054	489.609	535.298	490.223

O saldo registrado em "Fornecedores convênio" referem-se as antecipações feitas via instituições financeiras. A Companhia entende que essa transação tem natureza específica, mantendo o mesmo prazo de vencimento e valores envolvidos nas transações comerciais com os fornecedores, apesar disso, classificamos separadamente da rubrica "Fornecedores".

16. Empréstimos, financiamentos e debêntures

16.1. Política contábil

Os saldos dos empréstimos são reconhecidos inicialmente pelos valores contratuais, no momento do recebimento dos recursos. Em seguida, os valores passam a ser amortizados conforme cronograma de pagamentos, em linha com as cláusulas previstas em seus respectivos contratos.

As debêntures emitidas pela Companhia são nominativas e escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, e suas emissões foram aprovadas em reuniões do Conselho de Administração. Tais títulos possuem diferentes níveis de garantia de acordo com as emissões, assim como programa de amortização variável. As debêntures foram subscritas pelo valor nominal unitário, integralizados em moeda nacional e à vista no ato da subscrição.

16. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

16.2. Composição

	Controladora		
	2019	2018	Taxa efetiva
<u>Passivo circulante:</u>			
Debêntures	231.018	105.703	(i)
Notas Promissórias – SAFRA	35.777	-	Juros de 1% do CDI+1,75 a.a.
Resolução nº 4131	-	71.401	100% e CDI + 1,84 a.a + variação % USD + 3,57% (ii)
“Fixed Rate Notes” - FRN Votorantim	31.822	26.572	Juros 100% do CDI + 1,90% a.a.+ USD + 3,35% a.a (iii)
Finame	2.008	3.016	Juros de 2,60% a 8,70% a.a.
FINEP	6.358	3.497	Juros de TJLP + 4,00% a.a.
Total passivo circulante	306.983	210.189	
<u>Passivo não circulante:</u>			
Debêntures	100.026	343.608	(i)
Notas Promissórias – SAFRA	143.109	-	100% CDI 1,75% do CDI
Finame	2.460	4.492	Juros de 2,6% a 8,70% a.a.
FINEP	17.220	12.855	Juros de TJLP + 4,00% a.a.
Total passivo não circulante	262.815	360.955	

Total Passivo

569.798	571.144
----------------	---------

Consolidado

	31/12/2019	31/12/2018	Taxa efetiva
<u>Passivo circulante:</u>			
Debêntures	231.018	105.703	(i) 100% e CDI + 1,84 a.a + variação % USD + 3,57%
Resolução n.º 4131	-	71.401	(ii)
“Fixed Rate Notes” - FRN Votorantim	31.822	26.572	Juros 100% do CDI + 1,90% a.a.+ USD + 4,84% a.a (iii)
Notas Promissórias – Safra	35.777	72.235	Juros de 100% do CDI + 1,75 a.a (vi)
“Fixed Rate Notes” - FRN Santander	27.507	56.256	Juros de 122,76% do CDI
Capital de Giro	-	31.355	Juros de 123% a 129,9% do CDI
Letra financeira - Banco ABC	28.752	-	Juros de 123,0% do CDI (v)
Letra de câmbio - XP Investimentos	54.506	-	115% CDI a 124% CDI (iv)
Finame	2.016	3.024	Juros de 2,6% a 8,7% a.a.
FINEP	6.358	3.497	Juros de TJLO + 4,00% a.a.
Arrendamento mercantil	367	1.346	Juros de 1,60% a 1,84% a.a. +CDI
Total passivo circulante	418.123	371.389	
<u>Passivo não circulante:</u>			
Debêntures	100.026	343.608	(i)
Letra de câmbio - XP Investimentos	268.945	193.643	113% a 124% CDI (iv) Juros de 100% do CDI + 1,75 a.a
Notas promissórias - Safra	143.109	36.577	Juros de 100% do CDI + 1,75 a.a
“Fixed Rate Notes” - FRN Santander	-	26.667	Juros de 122,76 % do CDI
Letra financeira - Banco ABC	-	26.773	Juros de 123% do CDI (v)
Finame	2.468	4.517	Juros de 2,60% a 8,70% a.a.
FINEP	17.220	12.855	Juros de TJLP + 4,00% a.a.
Arrendamento mercantil	-	302	Juros de 1,60% a 1,84% a.a.
Total Passivo não circulante	531.768	644.942	

Total Passivo

	1.016.33
	1

- (i) Referem-se às debêntures: 4ª emissão série única (100% CDI + 1,95% a.a.); 5ª emissão série única (100% do CDI + 1,90% a.a.) e 6ª emissão série única (100% do CDI + 1,80% a.a.). Vide nota explicativa nº 17.3.
- (ii) Na mesma data de captação desses recursos, a controladora contratou operação de Swap com a mesma instituição financeira, substituindo a exposição cambial por taxa pré-fixada de 100,00% do CDI + 1,84% a.a. A operação foi liquidada em 14 de janeiro de 2019, conforme seu vencimento.
- (iii) Modalidade de empréstimo similar à nota promissória, com emissão de título no mercado externo. Na mesma data de captação de recursos em moeda estrangeira (USD), a controladora contratou operação de Swap com a mesma instituição financeira, substituindo a exposição cambial por taxa pré fixada de 3,35% a.a + IR por 100% do CDI + 1,90% a.a.
- (iv) Refere-se a captações de recursos financeiros através da emissão de Letras de Câmbio pela controlada SAX negociadas com a Instituição Financeira XP Investimentos com prazos de 2 e 3 anos. Juros de 113,00% a 120,00% do CDI para vencimentos em 2 anos, e Juros de 115,00% a 124,00% do CDI para vencimento em 3 anos.
- (v) Refere-se a captações de recursos financeiros pela controlada SAX junto ao Banco ABC, com vencimento em 17 de fevereiro de 2020.
- (vi) Refere-se a captações de recursos financeiros através da emissão de Notas Promissórias Comerciais em 10 Séries (quatro notas cada série) com vencimentos de Janeiro de 2020 a Julho de 2022 e taxa de 100% do CDI + 1,75% a.a.

16.3. Debêntures

Debêntures não conversíveis	Principal R\$	Data de emissão	Vencimento final	Títulos em circulação	Encargos financeiros	Controladora e Consolidado	
						2019	2018
3ª emissão - 1ª série	50.000	25/04/2014	25/04/2019	(i) -	111,25% CDI	-	50.000
3ª emissão - 2ª série	100.000	25/04/2014	04/09/2019	(ii) -	112,00% CDI	-	100.000
4ª emissão	300.000	21/06/2018	21/06/2021	(iii) 300.000	CDI+1,95% a.a.	245.455	300.000
5ª emissão - 2ª série	50.000	24/01/2019	24/07/2020	(iv) 50.000	CDI+1,90% a.a.	30.000	-
6ª emissão - série única	55.000	28/02/2019	22/02/2021	(v) 55.000	CDI+1,80% a.a.	55.000	-
Total do principal						330.455	450.000
Custos de transação a apropriar						(3.698)	(3.097)
Juros a pagar						4.287	2.409
Total debêntures						331.044	449.311

- (i) A terceira emissão de debêntures da 1ª Série foi integralmente liquidada na data de vencimento das debêntures, ou seja, em 25 de abril de 2019.
- (ii) A amortização da terceira emissão de debêntures da 2ª Série será em duas parcelas de: (i) 50% do valor nominal das debêntures da 2ª Série ao final do sexto ano a contar da Data de Emissão, portanto em 25 de abril de 2020; (ii) 50% do valor nominal das debêntures da 2ª Série na data de vencimento das debêntures da 2ª Série, portanto em 25 de abril de 2021. Vale ressaltar que houve liquidação antecipada em 04 de setembro de 2019.
- (iii) 4ª emissão de Debêntures não conversíveis em ações, com garantia real, em série única, com prazo de 3 anos contados da data de emissão com remuneração de 100% do CDI + 1,95%. Adicionalmente, as debêntures serão amortizadas mensalmente a partir de

20 de setembro de 2019.

- (iv) 5ª emissão de Debêntures não conversíveis em ações, com garantia real, em série única, com prazo de 1 ano e 6 meses contados da data de emissão, com remuneração de 100% do CDI + 1,90%. Adicionalmente as debêntures serão amortizadas trimestralmente a partir de 24 de julho de 2019.
- (v) 6ª emissão de Debêntures não conversíveis em ações, em série única, com prazo de 2 anos contados da data de emissão, com remuneração de 100% do CDI + 1,80%. Adicionalmente as debêntures serão 65% amortizadas em 20 de fevereiro de 2020 e 35% amortizadas no vencimento em 22 de fevereiro de 2021.

16. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

16.4. Movimentações dos empréstimos e financiamentos

	Controladora					2019
	2018	Captações	Pagamentos	Encargos	Juros Pagos	
Debêntures	449.311	105.000	(224.545)	34.722	(33.444)	331.044
Resolução nº 4131	71.401	-	(70.163)	-	(1.238)	-
Finame	7.508	-	(3.036)	243	(247)	4.468
"Fixed Rate Notes" - Votorantim	26.572	30.000	(25.909)	2.131	(972)	31.822
FINEP	16.352	12.463	(5.319)	2.300	(2.218)	23.578
NP SAFRA (ii)	-	175.000	-	3.886	-	178.886
	571.144	322.463	(328.972)	43.282	(38.119)	569.798

	Controladora					2018
	2017	Captações	Pagamentos	Encargos	Juros Pagos	
Debêntures	451.889	297.962	(300.000)	34.747	(35.287)	449.311
Resolução nº 4131	55.060	90.0000	(80.736)	12.816	(5.739)	71.401
BNDES	95.777	-	(96.318)	2.566	(2.025)	-
Finame	11.628	-	(4.109)	430	(441)	7.508
FRN - Votorantim	-	25.000	-	1.572	-	26.572
FINEP	9.945	7.419	(1.284)	1.541	(1.269)	16.352
Arrendamento Mercantil	252	-	(251)	5	(6)	-
	624.551	420.381	(482.697)	53.677	(44.767)	571.144

	Consolidado					2019
	2018	Captações	Pagamentos	Encargos	Juros Pagos	
Debêntures	449.311	105.000	(224.545)	34.722	(33.444)	331.044
Resolução nº 4131	71.401	-	(70.163)	-	(1.238)	-
"Fixed Rate Notes" - Votorantim	26.572	30.000	(25.909)	2.131	(972)	31.822
Notas promissórias - Safra	108.812	-	(100.000)	5.230	(14.042)	-

"Fixed Rate Notes" - Santander	82.923	-	(53.333)	3.003	(5.039)	27.554
Capital de giro (i)	31.355	-	(30.000)	657	(2.012)	-
Letra financeira - Banco ABC (i)	26.773	-	-	1.979	-	28.752
Letra de câmbio - XP Investimentos (i)	193.643	110.636	-	19.171	-	323.450
Finame	7.541	-	(3.044)	244	(249)	4.492
FINEP	16.352	12.463	(5.319)	2.300	(2.218)	23.578
NP Comercial MARISA - Safra	-	175.000	-	3.886	-	178.886
Arrendamento mercantil	1.648	-	(1.275)	51	(111)	313
	1.016.331	433.099	(513.588)	73.374	(59.325)	949.891

(i) Estas captações fazem parte das atividades operacionais da controlada SAX.

(ii) 1ª Emissão de NP (Notas Promissórias) para Marisa Lojas em 10 Séries (quatro notas cada série) com vencimentos de Janeiro de 2020 a Julho de 2022 e taxa de 100% do CDI + 1,75% a.a.

16. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

16.4. Movimentações dos empréstimos e financiamentos--Continuação

	Consolidado					2018
	2017	Captações	Pagamentos	Encargos	Juros Pagos	
Debêntures	451.889	297.962	(300.000)	34.747	35.287	449.311
Capital de Giro	35.972	30.000	(35.150)	3.550	(3.017)	31.355
LF Banco Abc	-	25.050	-	1.723	-	26.773
Resolução nº2770	41.178	38.902	(86.729)	7.510	(861)	-
Resolução nº4131	171.161	90.000	(191.906)	10.597	(8.451)	71.401
NP Safra	101.074	-	-	7.738	-	108.812
FRN Santander	82.560	-	-	7.296	(6.933)	82.923
FRN Votorantim	-	25.000	-	1.572	-	26.572
Letra cambio XP Invest.	-	189.514	-	4.129	-	193.643
BNDES	95.777	-	(96.318)	2.566	(2.025)	-
Finame	11.668	1	(4.114)	430	(444)	7.541
Finep	9.945	7.419	(1.285)	1.542	(1.269)	16.352
Arrendamento mercantil	3.001	-	(1.345)	209	(217)	1.648
	1.004.225	703.848	(716.847)	83.609	(58.504)	1.016.331

16.5. Cronograma de vencimento dos empréstimos e financiamentos

Ano	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
2019	-	210.189	-	371.389
2020	306.983	219.064	418.123	361.049
2021	192.298	134.654	389.796	276.645
Após 2022	70.517	7.237	141.972	7.248
	569.798	571.144	949.891	1.016.331

16. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

16.6. Cláusulas contratuais restritivas "covenants"

Em relação às cláusulas de "covenants" financeiros, os contratos vigentes exigem da Companhia a manutenção da razão entre Dívida Líquida e EBITDA ("*Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*", que traduzido para o português significa: "Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização") em patamar inferior a 3,5 vezes. Considera-se como dívida líquida a somatória das rubricas de empréstimos, financiamentos e debêntures do passivo circulante e não circulante, acrescida da rubrica de operações com derivativos do passivo circulante e não circulante", excluídas as rubricas: caixa, bancos, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e operações com derivativos do ativo circulante e não circulante. Para tal cálculo considera-se o EBITDA ajustado dos últimos 12 (doze) meses.

A Companhia também monitora em bases mensais a aderência aos *covenants* não financeiros definidos para cada contrato. Tais *covenants* incluem nível máximo de protestos de títulos relativos a operações financeiras, cumprimento do cronograma de pagamento das debêntures, dentre outros.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia encontra-se adimplente às cláusulas restritivas tanto financeiras quanto não financeiras vigentes nos contratos.

17. Salários, provisões e contribuições sociais

17.1. Política contábil

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

17.2. Composição

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Férias	37.571	38.719	39.343	40.845
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	10.000	8.918	10.337	9.338
Salários a pagar	14.264	13.050	14.650	13.569
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	2.998	4.305	3.280	4.547
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	2.909	2.993	3.033	3.147
Provisão para Remuneração Variável e outros	15.702	6.874	16.392	7.136
Remuneração <i>Phantom Shares</i> (Nota 25)	18.704	-	18.704	-
Outros	136	363	136	343
	102.284	75.222	105.875	78.925

18. Tributos a recolher**18.1. Política contábil**

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas e serviços prestados, exceto quando: (i) os impostos sobre vendas e serviços prestados incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas e serviços prestados é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas e serviços prestados; e (iii) o valor líquido dos impostos sobre vendas e serviços prestados, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

18.2. Composição

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	52.382	55.062	52.382	55.062
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	-	1.986	2.009
Programa de Integração Social - PIS	-	-	356	202
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	-	712	-	712

Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	332	831	332	831
Outros	1.909	4.844	2.659	5.673
	54.623	61.449	57.715	64.489

19. Receita diferida e outras obrigações

19.1. Política contábil

As receitas recebidas antecipadamente de clientes que são classificadas no passivo circulante e não circulante, relativos a operações de serviços vinculados a parcerias estabelecidas com seus parceiros Itaú e Assurant, detalhadas a seguir:

19.1.1. Operação Itaú Unibanco & Marisa - cartão "co-branded"

Simultaneamente à criação do cartão de crédito Itaú/Marisa ("co-branded") ocorrida em 2008, a Companhia, por meio da sua Controlada Club, recebeu do Itaú Unibanco a quantia de R\$120.000 pela exclusividade e uso da base de dados de clientes da Companhia.

19. Receita diferida e outras obrigações--Continuação

19.1. Política contábil--Continuação

19.1.1. Operação Itaú Unibanco & Marisa - cartão "co-branded"--Continuação

A Companhia por meio de suas controladas Club e Sax, e o Itaú Unibanco, na proporção de 50% para cada um, dividem os resultados decorrentes da oferta, distribuição e comercialização dos cartões de crédito, sendo o pagamento do resultado efetuado trimestralmente.

Em 29 de setembro de 2015, foi celebrada a renovação desta parceria para o desenvolvimento dos cartões embandeirados Itaucard Marisa - MasterCard. A parceria inicial, válida por 10 anos e que entrou em vigor em abril de 2009, foi estendida até 31 de março de 2029. Em virtude desta renovação e ampliação de prazo da parceria, a receita diferida será apropriada ao resultado pela fruição de prazo do respectivo aditamento.

Nesta operação, a Companhia por meio de sua controlada Club apresentou, em 31 de dezembro de 2019, garantia no valor de R\$6.002, composta por operações recebíveis de clientes Cartão Marisa - *via co-branded*, ações próprias dos acionistas majoritários e aplicações financeiras.

19.1.2. Parceria Assurant – comercialização de seguros e assistência

Em 29 de março de 2017, a Companhia por meio de suas controladas Club e Sax renovaram sua parceria com a Assurant Seguradora S.A. e Assurant Serviços Ltda., cujo escopo é a comercialização de produtos de seguros e assistência. Os novos contratos têm o prazo de vigência de até 5 anos. Em virtude desta renovação, a controlada Club recebeu, no ano da renovação, a quantia de R\$75.000 a título de antecipação, a serem diferidos e apropriados ao resultado pelo prazo do contrato.

19.2. Composição receita diferida

	Consolidado	
	2019	2018
Itaú Unibanco/Marisa	24.866	26.297
Anuidade Cartão Marisa	-	(958)
Assurant	30.573	45.883
	55.439	71.222
Passivo circulante	15.746	15.923
Passivo não circulante	39.693	55.299
	55.439	71.222

19. Receita diferida e outras obrigações--Continuação

19.3. Composição outras obrigações

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Contas a pagar Itaucard (i)	12.451	11.968	12.451	11.968
Provisão honorários advocatícios (ii)	45.389	58.567	46.308	58.567
Provisões serviços de terceiros (iii)	8.239	11.289	23.280	11.289
Seguros a pagar a Assurant (iv)	1.351	-	12.284	10.907
Parceria de venda de celular (v)	-	-	26.882	16.418
Outros (vi)	26.062	37.426	26.307	51.859
	93.492	119.250	147.512	161.008
Passivo circulante	64.230	119.250	118.250	161.008
Passivo não circulante	29.262	-	29.262	-
	93.492	119.250	147.512	161.008

- (i) Refere-se a valores a serem repassados à Itaucard em virtude dos recebimentos de faturas dos clientes cartão Co-Branded.
- (ii) Refere-se a honorários a serem pagos aos advogados decorrentes, substancialmente, das ações relacionadas aos temas de créditos com PIS e COFINS.
- (iii) Refere-se substancialmente a consultorias especializadas em realizar ações de marketing.
- (iv) Refere-se repasse dos valores recebidos de seguros vendidos pela Companhia em parceria com a seguradora Assurant.
- (v) Refere-se ao repasse dos valores com venda de celulares, em parceria com empresa terceira. A operação teve início em 2018.
- (vi) Tratam-se de valores pulverizados que referem-se substancialmente a provisões de despesas em lojas, tais como fretes, energia, água, telefone, transportadora de valores, entre outras.

20. Provisão para litígios e demandas judiciais

20.1. Política contábil

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos em decorrência do curso normal de suas operações, envolvendo questões de natureza tributária, trabalhista e cível e em processos administrativos.

As provisões decorrentes dessas ações judiciais e processos administrativos são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados, sendo provável a necessidade de saída de recursos financeiros para liquidar essa obrigação e o valor pode ser razoavelmente estimado na data das informações financeiras intermediárias.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação de evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância

no ordenamento jurídico.

20. Provisão para litígios e demandas judiciais--Continuação

20.1. Política contábil--Continuação

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, não materialização, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A provisão para riscos trabalhistas é calculada com base no histórico de perdas sobre toda a massa de processos e o valor histórico de perdas por cargo do reclamante.

A Administração acredita, apoiada na opinião e nas estimativas de seus advogados e assessores jurídicos legais, que a provisão para litígios e demandas judiciais é suficiente para cobrir as perdas prováveis.

20.2. Composição

	Controladora					2019
	2018	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualizações	
Tributárias:						
FGTS (i)	22.539	1.909	-	-	876	25.324
IPI (ii)	22.613	-	-	-	-	22.613
FAP/RAT	9.524	269	-	-	420	10.213
Liminar- Exclusão do Pis e Cofins sobre a própria base (iii)	11.345	26.530	(5.197)	-	-	32.678
Outros riscos tributários	8.674	2.473	-	(795)	29	10.381
	74.695	31.181	(5.197)	(795)	1.325	101.209
Trabalhistas	24.242	10.030	(4.220)	(4.926)	2.206	27.332
Cíveis	475	649	(218)	(401)	143	648
	99.412	41.860	(9.635)	(6.122)	3.674	129.189
Depósitos judiciais	88.974	10.458	(3.509)	813	660	97.396

	Consolidado					2019
	2018	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualizações	
Tributárias:						
FGTS (i)	22.539	1.909	-	-	876	25.324
IPI (ii)	22.613	-	-	-	-	22.613
FAP/RAT	9.689	269	-	-	420	10.378

Liminar- exclusão do PIS e Cofins sobre a própria base (iii)	11.345	26.530	(5.197)	-	-	32.678
Outros riscos tributários	8.674	2.473	-	(795)	29	10.381
	74.860	31.181	(5.197)	(795)	1.325	101.374
Trabalhistas	27.813	12.537	(4.463)	(6.234)	2.900	32.553
Civeis	10.528	12.382	(3.625)	10.162)	1.965	11.088
	113.201	56.100	13.285)	17.191)	6.190	145.015
Depósitos judiciais	123.790	12.617	(4.627)	-	1.624	133.404

20. Provisão para litígios e demandas judiciais--Continuação

20.2. Composição--Continuação

	Controladora					2018
	2017	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualizações	
Tributárias:						
FGTS (i)	20.402	1.304	-	-	833	22.539
IPI (ii)	22.613	-	-	-	-	22.613
FAP/RAT	8.829	124	-	-	571	9.524
Liminar- Exclusão do PIS e Cofins sobre a própria base (iii)	-	11.345	-	-	-	11.345
Outros riscos tributários	10.314	8	-	(1.648)	-	8.674
	62.158	12.781	-	(1.648)	1.404	74.695
Trabalhistas	24.029	9.372	(2.796)	(6.316)	(47)	24.242
Civeis	498	917	(241)	(774)	75	475
	86.685	23.070	(3.037)	(8.738)	1.432	99.412
Depósitos Judiciais	92.037	9.387	(12.779)	-	329	88.974

	Consolidado					2018
	2017	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualizações	
Tributárias:						
FGTS (i)	20.402	1.304	-	-	833	22.539

IPI (ii)	22.613	-	-	-	-	22.613
FAP/RAT	8.994	124	-	-	571	9.689
Liminar- Exclusão do Pis e Cofins sobre a própria base (iii)	-	11.345	-	-	-	11.345
Outros riscos tributários	10.314	8	-	(1.648)	-	8.674
	62.323	12.781	-	(1.648)	1.404	74.860
Trabalhistas	26.466	11.025	(3.251)	(6.688)	261	27.813
Cíveis	9.970	15.652	(4.264)	(9.120)	(1.710)	10.528
	98.759	39.458	(7.515)	(17.456)	(45)	113.201
Depósitos Judiciais	106.480	36.725	(17.909)	-	(1.505)	123.790

(i) A Companhia impetrou ação judicial contra a União Federal requerendo a inconstitucionalidade da aplicação da Lei Complementar nº 110/01, a qual não respeitou o princípio da anterioridade para alteração da alíquota do FGTS. Tendo em vista a revogação parcial da tutela, em 19 de maio de 2004, a Companhia optou por continuar fazendo os depósitos judiciais das contribuições sociais e não o recolhimento das aludidas cobranças.

(ii) A Companhia ingressou com medida judicial (Ação Declaratória no rito Ordinário) com fundamento na Lei nº 4.502/54 e no CTN, e obteve decisão favorável através da concessão de tutela antecipação confirmada em sentença de primeira instância, para suspender a exigibilidade do IPI incidente na saída dos produtos importados do Centro de Distribuição da Companhia para comercialização/revenda.

(iii) Mandado de segurança em que se objetiva provimento jurisdicional que exclua o Pis e a Cofins das suas próprias bases de cálculo.

20. Provisão para litígios e demandas judiciais--Continuação

20.2. Depósitos Judiciais

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Trabalhista	11.053	8.039	13.085	9.495
Cível	3.029	1.283	6.357	4.297
Tributário (i)	45.234	46.916	75.175	76.857
FGTS Contr. Social (ii)	25.204	22.411	25.204	22.411
Demanda de energia elétrica (iii)	10.267	9.541	10.267	9.541
FAP/RAT	901	772	1.066	938
Outros depósitos	1.708	12	2.250	251
	97.396	88.974	133.404	123.790

(i) Corresponde a depósito judicial sobre restituições de Imposto sobre produtos industrializados - IPI entre outros depósitos judiciais de natureza tributária.

(iii) Refere-se a Contribuição social depositada em juízo no ato da rescisão do contrato de trabalho.

- (iii) Refere-se a depósito judicial de processo referente a tributação de Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS, sobre Tarifa de uso de sistema de distribuição - TUSD e demanda contratada de potência de energia não consumida

20.3. Processos avaliados como perda possível

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas possui processos tributários em andamento, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é classificada como perda possível, cujos valores atualizados é de R\$512.166 na controladora e R\$837.712 no consolidado (R\$655.723 no consolidado em 31 de dezembro de 2018), os quais não foram provisionados, conforme determinam as práticas contábeis. Os principais temas estão descritos a seguir:

- Contribuições Previdenciárias

A Companhia, possui autuação em virtude de possível divergência no pagamento das contribuições previdenciárias devidas a terceiros, incidentes sobre o programa de participação nos lucros e resultados da empresa – PLR. A discussão está na fase administrativa e o valor envolvido com a aplicação de juros e multa de mora é de R\$20.860 (R\$33.813 em 31 de dezembro de 2018). Dentro deste cenário a Companhia já possui decisão favorável, para afastar a cobrança dos valores possíveis.

20. Provisão para litígios e demandas judiciais--Continuação

20.3. Processos avaliados como perda possível--Continuação

- ICMS – Importação

A Companhia possui discussões judiciais relativa ao crédito de ICMS em operação de importação, supostamente devido ao Estado de São Paulo. A Companhia visa a anulação dos débitos fiscais através de Ação Anulatória, na qual, apresentou seguro garantia. O montante envolvido, considerando juros e multa de mora, equivale a R\$40.356 (R\$38.928 em 31 de dezembro de 2018).

- ICMS – Diversos

A Companhia possui diversas discussões, envolvendo seus estabelecimentos em todo Brasil relacionados à antecipação tributária, supostas divergências de estoques, crédito indevido, guerra Fiscal e descumprimento de obrigações acessórias, sendo que há processos nas fases administrativa e judicial. O montante envolvido, com a aplicação de juros e multa de mora, é de R\$406.871 (R\$376.653 em 31 de dezembro de 2018).

- PIS e COFINS

A Companhia teve um pedido de compensação de crédito negado junto a Receita Federal do Brasil, referente a PIS e COFINS, cujo valor atualizado monta a R\$58.306 (R\$57.507 em 31 de dezembro de 2018). A discussão aguarda julgamento na esfera administrativa.

- IRPJ e CSLL

A controlada Club Administradora de Cartões de Creditos LTDA, possui algumas autuações e discussões relativas a apuração dos anos-calendários de 2007 a 2012, cujo valor exigido com a aplicação de juros e multa de mora é de R\$317.319 (R\$337.925 em 31 de dezembro de 2018). A discussão aguarda julgamento na esfera administrativa.

A Companhia e suas controladas estão contestando o pagamento de certos impostos, contribuições, obrigações trabalhistas e processos cíveis e efetuaram depósitos para recursos de montantes equivalentes pendentes das decisões legais finais e depósitos em caução relacionados com os recursos sobre processos judiciais, no montante de R\$131.591, sendo R\$95.792 da Controladora (R\$108.808 em 31 de dezembro de 2018, sendo R\$78.867 da Controladora).

21. Garantias, seguros e fianças bancárias

21.1. Seguro garantia judicial

A Companhia optou por realizar seguro garantia sobre alguns dos seus processos jurídicos. O seguro supracitado tem caráter de garantir o pagamento de um valor correspondente ao depósito em juízo, em que o tomador necessite fazer durante processos judiciais. Esta modalidade de seguro é uma alternativa aos depósitos judiciais exigidos quando da apresentação de recursos de defesa no decorrer dos processos judiciais.

Instituição Financeira	Tipo de garantia	2019	2018
Bradesco - Itaú - Fator - Austral - Tokyo - Potencial - Zurich	Seguro Garantia Judicial + Fiança Judicial	239.516	217.570

21.2. Garantias concedidas via fiança bancária

Instituição Financeira	Tipo de garantia	2019	2018
Banco Safra S.A. - Banco Votorantim - Banco Original	Fianças bancárias	119.629	122.905

22. Patrimônio líquido

22.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital da Companhia passa a ser de R\$1.442.695, representado por 260.856.832 ações ordinárias e 31 de dezembro de 2018, o capital social da Companhia era de R\$899.597, representado por 204.085.999 ações ordinárias, sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, distribuído conforme segue:

	2019			2018		
	Valor	Total de ações	%	Valor	Total de ações	%
Acionistas domiciliados no País - bloco de controle (pessoas físicas)	827.860	149.687.145	57,38	668.245	151.600.644	74,28
Mercado (i)	614.835	111.169.687	42,62	236.362	52.485.355	25,72
	1.442.695	260.856.832	100,00	899.597	204.085.999	100,00

- (i) Em dezembro de 2019 a Companhia conclui a oferta pública primária de ações, realizada nos termos da Instrução CVM 476 ("Oferta Restrita"), quando foram distribuídas 543.098 ações. No dia 09 de dezembro de 2019, em reunião do Conselho Administrativo deliberou e aprovou o aumento de capital no montante de R\$515.625 com emissão de 51.562.500 novas ações ordinárias. Em 19 de dezembro de 2019, foi aprovado aumento de capital no montante de R\$ 52.083.330 com emissão de 5.208.333 novas ações ordinárias. Adicionalmente, a Companhia incorreu em R\$24.610 com gastos de emissão de ações.

22. Patrimônio líquido--Continuação

22.2. Ações em tesouraria

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de março de 2018, foi aprovada a aquisição de até 500.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, da própria Companhia para manutenção em tesouraria, em razão do Programa de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas Aprovado em AGO de 2 de dezembro de 2016.

A Companhia havia adquirido a totalidade de 500.000 ações conforme Programa, a preço médio de R\$6,64 no período de 3 de abril de 2018 a 10 de abril de 2018. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha em tesouraria 169.267 ações totalizando R\$1.099, para atendimento ao Programa de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas.

22.3. Capital social autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 450.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal.

22.4. Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2019, a reserva de retenção de lucros não foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, em virtude dos resultados apurados terem sido negativos.

Em 31 de dezembro de 2018, a reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, no valor de R\$6.736 em razão dos resultados apurados no referido exercício. Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 24 de abril de 2019 foi deliberada a não distribuição de lucros referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

22.5. Absorção do prejuízo acumulado

A Companhia aprovou em Assembléia Geral Ordinária a absorção dos prejuízos acumulados relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, no valor de R\$65.446 por meio de reservas de lucros. Os prejuízos acumulados foram absorvidos conforme determina a lei de sociedade por ações.

22. Patrimônio líquido--Continuação

22.6. Política de distribuição de dividendos e Juros Sobre Capital Próprio (JSCP)

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, após os ajustes necessários consoantes a legislação societária brasileira, é registrado na rubrica "Dividendos e Juros sobre o capital próprio a pagar" por ser considerada como numa obrigação legal prevista do Estatuto Social da Companhia; entretanto a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrado na rubrica "Dividendos adicionais propostos". Em virtude da destinação do resultado do exercício social para as reservas legal e reserva de retenção de lucros, não houve distribuição de dividendos, em 31 de dezembro de 2018, conforme aprovado na Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 24 de abril de 2019, com isto houve a reversão de R\$6.736 no grupo de reserva de lucro. Em 31 de dezembro de 2019, não houve distribuição de dividendos ou pagamento de Juros Sobre Capital Próprio.

23. Plano de outorga de opção de compra ou subscrição de ações - "Stock options"

Em 2 de dezembro de 2016, foi deliberado em Ata de Assembleia Geral Extraordinária a aprovação do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações da Companhia, que tem por objetivo estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia, alinhar os interesses dos acionistas aos das Pessoas Elegíveis e incentivar a geração de resultados sustentáveis. Poderão ser eleitos como participantes do plano os administradores, diretores, gerentes e empregados de alto nível da Companhia ou outra sociedade sob o seu controle.

O período de "vesting" (aquisição do direito de exercício, sujeito às condições de exercício) das Opções detidas por cada Participante ocorrerá após o decurso dos prazos de carência fixados no Contrato de Opção. Até a ocorrência do "vesting" e do evento de liquidez, as Opções serão designadas

“Opções Não Exercíveis” e, após sua ocorrência, “Opções Exercíveis”.

23. Plano de outorga de opção de compra ou subscrição de ações - “Stock options”-

Continuação

Em 5 de dezembro de 2016, foi celebrado o Contrato de Opção e Outorga para alguns dos executivos da Companhia, sendo o preço de exercício das opções fixado em R\$7,54 para cada ação, sem previsão de correção. O modelo empregado na determinação do preço justo da opção do tipo ‘Bermuda’ é uma variação do modelo de Cox-Ross-Rubinstein, mais conhecido como modelo de Árvores Binomiais. O instrumento prevê ajuste na quantidade de ações outorgadas para os casos de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversões de ações de espécie/classe.

A volatilidade empregada foram os retornos logarítmicos dentro de uma janela de 1 ano entre 05/12/2015 e 05/12/2016. A volatilidade encontrada empregando EWMA foi de 2,61% ao dia útil.

Em 7 de novembro de 2017, foi celebrada nova outorga de opções para alguns dos executivos da Companhia, sendo o preço de exercício das opções fixado em R\$7,76 para cada ação, sem previsão de correção. O modelo empregado na determinação do preço justo da opção do tipo “Bermuda” é uma variação do modelo de Cox-Ross-Rubinstein, mais conhecido como modelo de Árvores Binomiais. O instrumento prevê ajuste na quantidade de ações outorgadas para os casos de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversões de ações de espécie/classe. A volatilidade empregada foram os retornos logarítmicos dentro de uma janela de 1 ano entre 07/11/2016 e 07/11/2017. A volatilidade encontrada empregando EWMA foi de 3,74% ao dia útil.

Em 26 de abril de 2019, a Companhia deliberou, conforme ata de Reunião do Conselho de Administração, a criação do Programa de Opção de Compra de Ações 2019, considerando que a Assembléia Geral da Companhia havia aprovado em 2 de dezembro de 2016 o Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações com o objetivo de estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia, alinhar os interesses dos acionistas aos das Pessoas Elegíveis e incentivar a geração de resultados sustentáveis.

Em 14 de junho de 2019, foi celebrada nova outorga de opções para alguns dos executivos da Companhia, sendo o preço de exercício das opções fixado em R\$5,10 para cada ação, sem previsão de correção. O modelo empregado na determinação do preço justo da opção do tipo “Bermuda” é uma variação do modelo de Cox-Ross-Rubinstein, mais conhecido como modelo de Árvores Binomiais. O instrumento prevê ajuste na quantidade de ações outorgadas para os casos de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversões de ações de espécie/classe. A volatilidade empregada foram os retornos logarítmicos dentro de uma janela de 1 ano entre 14/06/2018 e 14/06/2019. A volatilidade encontrada empregando EWMA foi de 3,25% ao dia útil.

A Companhia, por decisão do seu Conselho de Administração, observando limites impostos pela regulamentação aplicável à época, irá definir, a cada exercício, se as ações objeto do contrato de opção serão adquiridas mediante a emissão de novas ações dentro do limite do capital autorizado ou mediante compra e venda de ações mantidas em tesouraria que serão emitidas ou adquiridas em virtude do plano, observada a regulamentação em vigor.

Nas datas dos balanços, a Administração da Companhia revisa as estimativas quanto à quantidade de opções e reconhece, quando aplicável, no resultado do período em contrapartida do patrimônio líquido o efeito decorrente da revisão dessas estimativas iniciais.

23.1. Demonstrativo da posição das opções outorgadas em aberto

Outorga	Data		Quantidade - mil		Outorga	Preço de exercício	
	Início do exercício	Final do exercício	Opções outorgadas	Opções em aberto	Valor justo da opção	Na outorga	Atualizado IPCA
05/12/2016	05/12/2018	05/12/2026	2.340	385	3,78	7,54	n/a
07/11/2017	07/11/2019	08/11/2027	721	721	5,17	7,76	n/a
14/06/2019	14/06/2019	31/12/2021	3.141	3.141	5,16 – 5,42	5,10	n/a
			6.202	4.247			

23.2. Movimentação do plano de opção de compra de ações

A movimentação ocorrida nas opções outorgadas em aberto no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e exercício findo em 31 de dezembro de 2018 estão apresentadas abaixo, em milhares:

Saldo de opções de compra de ações em 31 de dezembro de 2017	2.541
Cancelamento das opções de compras de ações	(569)
Saldo de opções de compra de ações em 31 de dezembro de 2018	1.972
Cancelamento das opções de compras de ações	(866)
Emissão de opções de compra de ações	3.141
Saldo de opções de compra de ações em 31 de dezembro de 2019	4.247

23.3. Mensuração e despesas incorridas do plano de opção de compra de ações

O valor justo para os planos de opções de compra das ações (*stock options*) foi calculado na data de outorga de cada plano e com base no modelo de precificação binomial. Os efeitos foram refletidos no resultado, na rubrica "Despesas operacionais", e no patrimônio líquido, na rubrica "Reserva de capital".

Em 31 de dezembro de 2019, o valor contabilizado como resultado, em acordo com o IFRS2/NBC TG 10 (R3) - Pagamento baseado em ações, foi de R\$9.208 (R\$188 mil em 31 de dezembro de 2018), reconhecido de forma linear individualizada por programa e quantidade de opções atreladas a cada período de "vesting".

A despesa com plano de opção de compra de ações esta contabilizada na rubrica "outras receitas operacionais, líquidas".

24. Plano de incentivo de longo prazo via ações restritas/opções

Em 02 de dezembro de 2016, foi celebrado o Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações

Restritas da Marisa Lojas S.A., que tem como objetivo permitir a outorga de Ações Restritas às Pessoas Elegíveis selecionadas pelo Conselho da Administração. Poderão ser eleitos como participantes do plano os administradores, diretores, gerentes e empregados de alto nível da Companhia ou outra sociedade sob o seu controle.

O Conselho de Administração terá amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para Administração do Plano. No exercício de sua competência, o Conselho de Administração estará sujeito apenas aos limites estabelecidos em lei, na regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários CVM e no plano, ficando claro que o Conselho de Administração poderá tratar de maneira diferenciada os Participantes que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia ou analogia, a estender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns.

A outorga de Ações Restritas é realizada anualmente ou sempre que o Conselho de Administração julgar conveniente, mediante celebração de Contratos de Outorga entre a Companhia e os Participantes, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração, a quantidade de Ações Restritas objeto da outorga.

Com propósito de satisfazer a outorga de Ações Restritas nos termos do Plano, a Companhia, sujeito à lei e regulamentação aplicável, alienará ações mantidas em tesouraria, por meio de operação privada, sem custo para os Participantes, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 567.

24.1. Demonstrativo da posição das ações restritas/opções em aberto

	Data	Estatutários		Não estatutários			
		Qtde.	Valor unit.	Valor total	Qtde.	Valor unit.	Valor total
Ações Restritas	2017	64.268	7,03	338.853	-	-	-
Ações Restritas	2018	114.679	3,78	433.487	-	-	-
				772.340			-

25. Programa de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa - "Phantom shares"

Em 26 de abril de 2019, a Companhia deliberou, conforme ata de Reunião do Conselho de Administração, a criação do Programa de Pagamento Baseado em Ações com Liquidação em Caixa - "Phantom Shares".

O programa tem por objetivo outorgar a determinados Beneficiários da Companhia direitos sobre a valorização das ações de emissão da Companhia, com liquidação em caixa, como parte do pacote de remuneração destes, com vistas a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos Beneficiários contemplados pelo Programa; e (c) possibilitar a Companhia ou outras sociedades sob o seu controle atrair e reter administradores contemplados pelo Programa.

As "Phantom Shares" não conferem ao seu titular a condição de acionista da Companhia, nem qualquer direito ou privilégio inerente a tal condição, em especial o direito de voto, direito a dividendos e outros direitos políticos. Nenhuma ação de emissão da Companhia será entregue ao Beneficiário em razão das "Phantom Shares" outorgadas.

25.1. Mensuração e despesas incorridas

O valor justo da concessão de opções de ações em 30 de junho de 2019 foi mensurado pelo modelo de Simulação Monte Carlo usando os dados abaixo.

Total de opções concedidas	2.857.203
Data da Outorga	18/jun/19
Valor justo da opção	R\$ 10,49
Volatilidade estimada do preço da ação	2,58%
Taxa de retorno livre de risco	5,28%
Vencimento médio remanescente (em anos)	2,0

O passivo registrado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$18.704 e está apresentado no balanço patrimonial sob a rubrica "Salários, provisões e encargos sociais".

A despesa registrada em 31 de dezembro de 2019 é de R\$18.704 e está representada na demonstração de resultados, sob a rubrica "despesas gerais e administrativas".

26. Receita operacional líquida

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços financeiros no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações de receitas entre as controladas. As receitas decorrentes das operações de crédito são apropriadas observando-se o critério "pro rata", com base no método da taxa efetiva de juros.

- Venda de mercadorias - operação varejo: a Companhia opera com uma cadeia de lojas para a comercialização de mercadorias, e também um canal de e-commerce. A receita é reconhecida no resultado quando da efetiva entrega de mercadoria ao cliente nas lojas, momento em que a Companhia cumpre com todas as suas obrigações de desempenho. As vendas são realizadas a vista, em dinheiro e cartão de débito, ou a prazo através de cartões de terceiros ou cartão Marisa.
- Prestação de Serviços e Operação com Crédito Pessoal: a Companhia via empresas controladas realiza operações de concessão de empréstimos pessoais, intermediação de assistências e seguros e financiamento de vendas.

26.1. Composição

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita operacional bruta:				
Vendas de mercadorias	3.206.865	3.076.800	3.206.865	3.076.800
Operações com cartão de crédito	-	679	355.654	311.313
Prestação de serviços (i)	44.063	18.361	185.943	186.918
Operação com crédito pessoal	-	-	141.286	146.935
Impostos incidentes:				
Vendas de mercadorias	(771.339)	(742.650)	(771.339)	(742.650)
Prestação de serviços	(5.495)	(2.247)	(39.946)	(31.727)
Devoluções:				
Vendas de mercadorias	(196.041)	(183.460)	(196.041)	(183.459)
	2.278.053	2.167.484	2.882.422	2.764.130

(i) Refere-se a prestação de serviços da parceria da Assurant e Itáu Unibanco S.A.

27. Custos da revenda de mercadorias, das operações com cartão de crédito, das operações financeiras e da prestação de serviços

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Custo da revenda de mercadorias	(1.199.883)	(1.153.034)	(1.199.882)	(1.153.034)
Custo de operações com cartão de crédito e crédito pessoal	-	-	(6.152)	(110.199)
Custo da prestação de serviços	(600)	-	(150.934)	(193.424)
Custo das operações de empréstimo pessoal	-	-	(193.975)	(73.216)
	(1.200.483)	(1.153.034)	(1.550.943)	(1.529.873)

28. Despesas por natureza

As informações financeiras intermediárias de resultado da Companhia são apresentadas por função. Detalhamos a seguir os gastos por natureza das despesas com vendas e despesas gerais e administrativas.

28.1. Despesa com vendas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Despesas com pessoal e serviços	(421.084)	(441.157)	(444.773)	(440.555)
Utilidades públicas	(84.709)	(82.565)	(86.534)	(82.565)
Despesas de comunicação, distribuição e locação e outras	(104.822)	(355.135)	(111.326)	(355.135)
Outras	(45.944)	(47.963)	(46.019)	(44.917)
	(656.559)	(926.820)	(688.652)	(923.172)

28.2. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Despesas com pessoal e serviços	(164.474)	(173.086)	(218.751)	(221.338)
Utilidades públicas	(2.764)	(3.772)	(4.089)	(4.326)
Despesas locatícias e comunicação	(2.242)	(9.050)	(12.124)	(15.391)

Despesas tributárias	(728)	(1.464)	(964)	(1.494)
Outras	(9.268)	(13.288)	(13.059)	(14.290)
	(179.476)	(200.660)	(248.987)	(256.839)

29. Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Despesas recuperadas	3.000	550	3.452	3.622
Constituição (reversão) de provisão/perdas para litígios e demandas judiciais, líquida (i)	(23.326)	(20.269)	(36.788)	(39.000)
Créditos fiscais (ii)	31.173	421.132	31.405	419.786
Baixas de imobilizado, reversão de provisão para perdas, líquidas	4.872	(11.218)	4.859	(12.173)
Outras (iii)	(3.903)	(10.639)	(1.846)	(8.576)
	11.816	379.556	1.082	363.659

(i) Reversão de provisões tributárias de acordo com a rubrica "Provisão para litígios e demandas judiciais".

(ii) Em 31 de dezembro de 2018, refere-se substancialmente a créditos de Pis e Cofins, conforme divulgado na nota explicativa nº 10.2.

(iii) Refere-se a despesa com *stock options*, créditos de vale troca vencido, recebimentos de sinistro, entre outros.

30. Resultado financeiro

30.1. Política contábil

Representam juros sobre empréstimos e sobre aplicações financeiras, variação monetária e cambial ativa e passiva, vinculada os empréstimos com instrumento de *swap*, resultado de variação cambial líquido dos ganhos e das perdas com instrumentos financeiros derivativos (*swap* contratado) e descontos diversos que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

30.2. Composição

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Despesas financeiras:				
Ajuste a valor presente - fornecedores	(55.364)	(46.165)	(55.364)	(46.165)
Ganho (perda) em 'swap'	(2.662)	7.416	(2.662)	6.025
Juros e variação monetária passiva	(49.485)	(52.098)	(54.952)	(67.445)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	-	156	-	156
Juros sobre arrendamento operacional	(41.838)	(5.305)	(41.854)	(6.147)
Variação cambial	1.768	(9.628)	1.756	(8.325)
Descontos concedidos	-	(50)	(6.457)	(8.583)
Outras	(16.581)	(2.738)	(22.278)	(2.764)
	(164.162)	(108.410)	(181.811)	(133.248)
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	6.411	(7.729)	10.638	(3.300)
Descontos obtidos	780	533	801	544
Juros ativos e atualização monetária (i)	22.548	-	23.496	-
Outras (ii)	-	408.170	-	409.283
	29.739	400.974	34.935	406.497

(i) Do montante total registrado em 31 de dezembro de 2019, R\$22.547 refere-se à correção monetária do Crédito Fiscal reconhecido em dezembro de 2018 atualizada até 31 de dezembro de 2019, em que a Companhia obteve êxito em ação judicial (RE/504.365) perante o Supremo Tribunal Federal referente a inconstitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do Pis e da Cofins.

(ii) Do montante total registrado em 31 de dezembro de 2018, R\$ 377.498 mil refere-se à correção monetária do Crédito Fiscal reconhecido em dezembro de 2018, em que a Companhia obteve êxito em ação judicial (RE/504.365) perante o Supremo Tribunal Federal referente a inconstitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do Pis e da Cofins.

31. Resultado por ação (controladora)

O quadro a seguir apresenta a determinação do prejuízo líquido disponível aos detentores de ações e a média ponderada das ações em circulação utilizada para calcular o prejuízo básico e diluído por ação excluindo as ações compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria em cada exercício apresentado.

	2019	2018
Média ponderada da quantidade de ações	260.856.832	204.085.999

Média ponderada das ações em Tesouraria	(182.621)	(194.053)
Média ponderada das ações em circulação, líquidas das ações em Tesouraria	260.674.211	203.891.946
Lucro (Prejuízo) do exercício	(112.361)	28.363
Lucro (Prejuízo) por ação básico e diluído - R\$	(0,4310)	0,13911

(*) Não houve efeito diluidor para 31.12.2019, uma vez que o cálculo do resultado diluído apresentaria redução no prejuízo por ação.

32. Gerenciamento de risco

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta aos seguintes riscos relacionados:

- (i) Risco de crédito;
- (ii) Risco de mercado;
- (iii) Risco de liquidez; e
- (iv) Gestão de capital.

32.1. Política contábil

32.1.1. Risco de crédito

As políticas de vendas e concessão de crédito das controladas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas pela Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes de inadimplência dos clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas operações (pulverização do risco). O saldo de clientes sujeito a risco de crédito está apresentado na nota explicativa nº 9. Em 31 de dezembro de 2019, o montante registrado de provisão para créditos de liquidação duvidosa era de R\$153.895 (R\$84.634 em 31 de dezembro de 2018), para cobrir os riscos de crédito.

A Companhia mantém seu caixa e equivalentes de caixa com instituições financeiras com *rating* de longo prazo em escala nacional classificados com baixo risco de crédito e com reconhecida solidez no mercado. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários sujeitos a risco de crédito estão apresentados nas rubricas "Caixa e Equivalentes de Caixa" e "Aplicações Financeiras".

32.1.2. Riscos de mercado

A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de operações comerciais atuais e futuras de compras de estoque para revenda e captações de empréstimos em moeda estrangeira, realizados em dólar norte-americano.

A Administração estabeleceu uma política que exige que, por meio de seu Diretor Financeiro, se apresente periodicamente ao Conselho de Administração a posição atual

de exposição em moeda estrangeira e seus riscos inerentes para a tomada de decisão de necessidade ou não de uma proteção para risco cambial.

32. Gerenciamento de risco--Continuação

32.1.2. Riscos de mercado--Continuação

Atualmente, a Companhia tem como objetivo proteger 30% de suas importações com operações de hedge, utilizando contratos de compra a termo de moeda do tipo *Non-Deliverable Forward* (NDF). Para as captações de empréstimos em moeda estrangeira, a Companhia tem como objetivo proteger 100% do valor contratado através de *swap* cambial.

A Companhia, preocupada com a volatilidade do dólar frente ao real, optou por realizar operações de *hedge* de fluxo de caixa, cujo objetivo é a proteção cambial das importações.

a) Risco de moeda (Cambial)

A Companhia está sujeita ao risco cambial nas compras denominadas em moeda diferente de moeda funcional da Companhia, o Real (R\$).

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do dólar, único indexador dos passivos em moeda estrangeira operados pela Companhia e por suas controladas. Para a definição do dólar utilizado para análise de sensibilidade no cenário provável, a Companhia segue as projeções do mercado futuro da B3 S.A.

		Consolidado				
		2019				
		Valorização da moeda		Desvalorização da moeda		
Nocional US\$	(pagar)/ Receber	Cenário	Cenário	Cenário	Cenário	
		Provável	Possível	Remoto	Possível	Remoto
		+25%	+50%	-25%	-50%	
<u>Derivativos designados para hedge accounting - Importações</u>						
Objeto de hedge - Importações	(45.451)	(183.382)	(229.228)	(275.073)	(137.537)	(91.691)
Instrumento de hedge - NDF	14.418	(1.706)	12.837	27.380	(16.249)	(30.793)
Exposição líquida (i)	(31.033)	(185.088)	(216.391)	(247.693)	(153.786)	(122.484)

Derivativos designados para
hedge accounting -
Empréstimos e
financiamentos

Objeto de <i>hedge</i> - FRN Votorantim	(7.728)	(32.507)	(40.634)	(48.760)	(24.380)	(16.253)
Instrumento - <i>swap</i>	7.728	32.507	40.634	48.760	24.380	16.253
Exposição líquida (ii)	-	-	-	-	-	-
Exposição líquida total	(31.033)	(185.088)	(216.391)	(247.693)	(153.786)	(122.484)

(i) O cenário provável considera a cotação do dólar futuro de R\$4,0347.

(ii) O cenário provável considera a cotação do dólar futuro de R\$4,2074.

32. Gerenciamento de risco--Continuação

32.1.2. Riscos de mercado—Continuação

a) *Risco de moeda (Cambial)*--Continuação

	Consolidado					
	2018					
	Nocional US\$ (pagar)/ Receber	Cenário Provável	Valorização da moeda		Desvalorização da moeda	
			Cenário Possível +25%	Cenário Remoto +50%	Cenário Possível -25%	Cenário Remoto -50%
<u>Derivativos designados para hedge accounting</u>						
Objeto de <i>hedge</i> - Importações	(57.963)	226.504)	283.130	339.756	169.878	113.252
Instrumento de <i>hedge</i> - NDF	18.851	(736)	17.674	36.083	(19.145)	(37.554)
Exposição líquida importações (i)	(39.112)	227.240)	300.804	375.839	150.733	75.698
<u>Derivativos designados para hedge accounting</u>						
Objeto de <i>hedge</i> - Res.4131 - Itaú Unibanco	(18.065)	(71.540)	(89.426)	107.311)	(53.655)	(35.770)
Instrumento - <i>swap</i>	18.065	71.540	89.426	107.311	53.655	35.770

Exposição Líquida – Res. 4131 (ii)	-	-	-	-	-	-
Objeto de hedge – FRN – Votorantim	(6.690)	(27.351)	(34.188)	(41.026)	(20.513)	(13.675)
Instrumento – Swap Exposição líquida – FRN – (iii)	6.690	27.351	34.188	41.026	20.513	13.675
Exposição Líquida Swap	-	-	-	-	-	-
Exposição Líquida Total	(39.112)	227.240)	300.804	375.839	150.733	75.698

(i) O cenário provável considera a cotação do dólar futuro de R\$3,9063

(ii) O cenário provável considera a cotação do dólar futuro de R\$3,875

(iii) O cenário provável considera a cotação do dólar futuro de R\$3,9154

b) *Risco de taxa de juros*

A Companhia mantém grande parte de suas aplicações financeiras em operações atreladas ao CDI, conforme mencionado na rubrica Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento Mercantil Financeiro. A Administração entende que tal prática mitiga substancialmente eventuais riscos derivados de oscilações na taxa de juros de mercado.

32. Gerenciamento de risco--Continuação

32.1.2. Riscos de mercado—Continuação

b) *Risco de taxa de juros-Continuação*

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, único indexador dos empréstimos contratados pela Companhia e por suas controladas, calculados com base em taxas referenciais futuras do CDI divulgados pela B3 S.A.

Controladora

		2019					
		Valorização do CDI		Desvalorização do CDI			
		Cenário	Cenário	Cenário	Cenário	Possível	Remoto
				Possível	Remoto	-25%	-50%
Risco	Saldo Contábil	Cenário Provável	+25%	+50%			
Aplicações financeiras/ Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI	606.087	20.412	25.444	30.489	15.391	10.382
Empréstimos/Financiamentos/ Debêntures/Swap	Alta CDI	(569.798)	(189.800)	(195.487)	201.087	84.034	78.279
Exposição Líquida		36.289	(169.388)	(170.043)	170.598	68.643	67.897

Consolidado

		2019					
		Valorização do CDI		Desvalorização do CDI			
		Cenário	Cenário	Cenário	Cenário	Possível	Remoto
				Possível	Remoto	-25%	-50%
Risco	Saldo contábil	Cenário provável	+25%	+50%			
Aplicações financeiras/ títulos e valores mobiliários	Baixa CDI	745.946	20.452	25.485	30.529	15.431	10.422
Empréstimos/financiamentos/ debêntures/swa p	Alta CDI	(949.891)	(66.992)	(80.378)	93.769	(53.626)	40.368
Exposição Líquida		(203.945)	(46.540)	(54.893)	63.240	(38.195)	29.946

32. Gerenciamento de risco--Continuação

32.1.2. Riscos de mercado—Continuação

b) *Risco de taxa de juros--Continuação*

		Consolidado					
		2018					
		Valorização do CDI			Desvalorização do CDI		
		Cenário	Cenário	Cenário	Cenário	Cenário	Cenário
		Possível	Remoto	Possível	Possível	Remoto	Remoto
Risco	Saldo contábil	Cenário provável	+25%	+50%	-25%	-50%	-50%
Aplicações financeiras/títulos e valores	Baixa CDI	453.619	20.002	24.997	29.972	15.048	10.116
Empréstimos/financiamentos/debêntures/swap	Alta CDI	(985.496)	(117.689)	(169.311)	(21.206)	(66.327)	15.756
Exposição líquida Importações		(562.711)	(75.654)	(94.481)	37.269	(56.626)	37.667

32.1.3. Risco de liquidez

Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia, o Departamento de Operações Financeiras mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito bancárias. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia e de suas controladas, considerando o fluxo de caixa esperado e caixa e equivalentes de caixa. Além disso, a política de gestão de liquidez da Companhia e de suas controladas envolve a projeção de fluxos de caixa e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

32.1.4. Gerenciamento de capital

A Administração da Companhia gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em abertura de lojas, reformas e remodelação das lojas existentes, além de prover retorno aos acionistas.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua capacidade de liquidar os passivos registrados, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos estoques, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

32. Gerenciamento de risco--Continuação

32.2. Risco de liquidez

32.2.1. Composição do vencimento dos passivos financeiros

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados pela Companhia e por suas controladas:

	Controladora					
	2019					
	Saldo contábil	Fluxo caixa contratual	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores e fornecedores convênio	535.054	538.734	538.734	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	569.798	573.385	309.507	193.403	70.475	-
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	1.081	(1.581)	(1.581)	-	-	-
	.105.933	.110.538	846.660	193.403	70.475	-
	Consolidado					
	2019					
	Saldo contábil	Fluxo caixa contratual	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores e fornecedores convênio	535.298	538.978	538.978	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	949.891	953.517	420.678	390.925	141.914	-
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	1.081	(1.581)	(1.581)	-	-	-

	.486.270	.490.914	958.075	390.925	141.914	-
Consolidado						
2018						
	Saldo contábil	Fluxo caixa contratual	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores e fornecedores convênio	490.223	495.759	495.759	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.014.683	1.134.689	412.339	395.044	327.240	66
Arrendamento mercantil financeiro	1.648	1.731	1.359	371	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	1.723	(5.537)	(5.537)	-	-	-
	1.380.595	1.525.635	823.007	383.758	309.223	9.647

32. Gerenciamento de risco--Continuação

32.3. Gestão de capital

32.3.1. Índices de endividamento

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro 2018 podem ser assim sumarizados:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Empréstimos, financiamentos e debêntures	569.798	571.144	949.891	1.016.331
(-) Caixa e equivalentes de caixa/Aplicações Financeiras	590.081	(217.669)	726.013	(397.764)
Dívida líquida	(20.283)	353.475	223.878	618.567
Patrimônio líquido	1.420.006	1.075.817	1.420.006	1.075.817
Índice de alavancagem financeira	-1%	33%	16%	57%

33. Instrumentos financeiros

33.1. Política contábil

33.1.1. Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, bancos conta movimento, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, contas a receber, outros créditos, depósitos judiciais e instrumentos financeiros derivativos. Vide na nota explicativa nº 33.5 a segregação efetuada pela Companhia.

33.1.2. Instrumentos financeiros derivativos e operações de hedge

A Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros, não sendo utilizados instrumentos derivativos com o objetivo de especulação. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas como ganhos ou perdas no resultado ou no patrimônio líquido, quando a transação for elegível e caracterizada como um *hedge* efetivo na modalidade de fluxo de caixa, e que tenha sido efetivo durante o período relacionado. A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*.

33. Instrumentos financeiros--Continuação

33.1. Política contábil--Continuação

Além disso, a Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são, ou não, altamente eficazes nas suas variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*. As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* efetivo de fluxo de caixa têm seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício quando o item protegido for efetivamente realizado.

33.1.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

33.1.4. Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou

outros modelos de avaliação.

33.1.5. Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado, compreendem os saldos de instrumentos financeiros derivativos.

33.1.6. Outros passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Compreendem os saldos de fornecedores, contas a pagar, outras obrigações e empréstimos e financiamentos.

33. Instrumentos financeiros--Continuação

33.1. Política contábil--Continuação

33.1.7. Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros líquidos dos custos de transação incorridos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

33.2. Instrumentos financeiros derivativos não designados como hedge accounting

A Companhia e sua controlada Club captaram empréstimos denominados em moeda estrangeira acrescidos de juros, para os quais foram contratadas operações de *swap*, com o objetivo de proteção contra risco nas mudanças das taxas de câmbio, substituindo os juros contratados e a variação cambial da moeda estrangeira pela variação do CDI, acrescido de taxa pré-fixada. Essa é uma operação que possui objetivo de proteção cambial e consiste formalmente em um contrato de empréstimo e uma operação de *swap* contratados na mesma data, com mesmo vencimento, com a mesma contraparte.

Em 31 de dezembro de 2019, o detalhe dos contratos de *swaps* em aberto é como segue:

Consolidado							
2019							
Vencimen to	Valor de referênc ia (naciona l)	Banco		Companhia		Valor justo	
		Indexad or	Juros	Indexad or	Juros	Controlado ra	Consolidad o
Junho/20	<u>30.000</u>	US\$	4,84% a.a.	CDI	CDI + 1,90% a.a.	<u>694</u>	<u>694</u>
Consolidado							

2018							
Vencimen to	Valor de referênc ia (nacion al)	Banco		Companhia		Valor justo	
		Indexad or	Juros	Indexad or	Juros	Controlado ra	Consolidad o
Janeiro/19	70.000	US\$	4,20% a.a.	CDI	CDI + 1,84% a.a.	(1.385)	(1.385)
Junho/19	25.000	US\$	5,35% a.a.	CDI	CDI + 1,80% a.a.	557	557
	<u>95.000</u>					<u>(828)</u>	<u>(828)</u>

Com as operações de *swap*, a Companhia e suas controladas não estão sujeitas a risco de mudanças nas taxas de câmbio; dessa forma, não foram considerados para serem medidos pela análise de sensibilidade, considerando que a Companhia e suas controladas estão única e exclusivamente expostas à variação do CDI nos contratos de empréstimos.

33. Instrumentos financeiros--Continuação

33.3. Instrumentos financeiros derivativos designados para contabilização de proteção (hedge accounting)

A Companhia aplica as regras de contabilidade de *hedge accounting* para seus instrumentos derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa, conforme determinado em sua Política de Risco. O *hedge* de fluxo de caixa consiste em fornecer proteção, exclusivamente para as operações de compra de mercadorias importadas para revenda, reduzindo desta forma o risco cambial da operação.

As transações para as quais a Companhia fez a designação de *hedge accounting* são altamente prováveis, apresentam uma exposição da variação do fluxo de caixa que poderia afetar o resultado e são altamente efetivas em proteger as variações de fluxo de caixa atribuível ao risco coberto, consistente ao risco originalmente documentado na Política de Risco.

Para a proteção de suas operações, a Companhia optou pela linha de contratos de compra de moeda a termo (*Non Deliverable Forward* - NDF).

33.3.1. Contratos a termo de moedas - Non-Deliverable Forward ("NDF")

O contrato a termo de moedas é o compromisso futuro de comprar e vender determinadas moedas em certa data no futuro por um preço pré - estabelecido. Por ser um *Non-Deliverable Forward*, esse contrato não exige a liquidação física das posições contratadas, mas sim a liquidação financeira por diferença entre o preço de liquidação e o preço estabelecido na contratação.

As posições dos contratos a termo de moedas - NDF em aberto em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, por vencimento, bem como as taxas médias ponderadas e o valor justo, são demonstrados a seguir:

Controladora e Consolidado

2019				
Vencimentos	Nocional (US\$)	Taxa média	Valor justo (R\$)	Objeto de hedge (US\$)
Janeiro/20	3.767	4,1862	(614)	11.694
Fevereiro/20	2.947	4,1875	(469)	9.518
Março/20	1.813	4,1978	(295)	5.651
Abril/20	1.011	4,0670	(29)	3.091
Maiio/20	1.357	4,1015	(77)	4.301
Junho/20	3.523	4,1103	(207)	11.197
	14.418	4,1531	(1.691)	45.451

33. Instrumentos financeiros--Continuação

33.3. Instrumentos financeiros derivativos designados para contabilização de proteção (hedge accounting)--Continuação

33.3.1. Contratos a termo de moedas - Non-Deliverable Forward ("NDF")--Continuação

Controladora e Consolidado				
2018				
Vencimentos	Nocional (US\$)	Taxa média	Valor justo (R\$)	Objeto de hedge (US\$)
Janeiro/19	2.431	3,9515	(176)	7.502
Fevereiro/19	3.678	3,9494	(224)	8.486
Março/19	3.548	3,9774	(283)	11.825
Abril/19	1.328	4,0628	(370)	4.356
Maiio/19	1.449	4,0259	(156)	4.408
Junho/19	3.286	3,8552	217	10.952
Julho/19	2.003	3,8580	145	6.677
Agosto/19	520	3,9887	(22)	1.731
Setembro/19	608	3,9972	(26)	2.027
	18.851	3,9629	(895)	57.964

33.3.2. Ganhos e perdas de instrumentos financeiros derivativos

Os ganhos e perdas dos instrumentos financeiros derivativos designados como hedge

de fluxo de caixa, enquanto não realizados estão registrados no patrimônio líquido, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	Patrimônio Líquido	
	2019	2018
Instrumentos financeiros derivativos designados como <i>hedge</i> de fluxo de caixa:		
Riscos de moeda	(1.671)	(1.703)
IR/CS diferidos sobre perdas	568	579
Resultado líquido reconhecidos em outros resultados abrangentes	(1.103)	(1.124)
Resultado líquido reconhecidos no exercício	(523)	(1.124)
Resultado líquido reconhecidos em exercícios anteriores	(591)	533
	(1.114)	(591)

33. Instrumentos financeiros--Continuação

33.4. Valor justo dos instrumentos financeiros

A Administração da Companhia entende que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelos seus valores contábeis (caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, derivativos (*swap*), contas a receber, fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures) não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado.

Isso se deve em razão do vencimento de parte substancial dos saldos ocorrer em data próxima às dos balanços, exceto a rubrica "Empréstimos, financiamentos e debêntures", que é atualizada monetariamente com base em juros variáveis previsto em contrato em linha com as condições de mercado e, portanto, o saldo devedor registrado nas datas dos balanços está próximo do valor de mercado.

As operações de NDF's são precificadas pelo valor de mercado enquanto as operações de *swap* financeiros são valorizadas segundo o valor justo (IFRS 9).

Especificamente nesse caso, tendo em vista que não há mercado ativo para esses instrumentos, diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

33.5. Mensuração e hierarquia do valor justo

A tabela a seguir demonstra em detalhes da mensuração e hierarquia do valor justo (valor justo por meio de resultado – VJR e valor justo por meio de outros resultados abrangentes – VJORA):

		Controladora							
		2019							
		Classificação de ativos (NBC TG 48/IFRS 9)				Hierarquia do Valor Justo			
NE		Valor Contábil	Valor Justo	Custo Amortizado	VJR	VJORA	Nível 1	Nível 2	
	Caixa	7.2	14.158	14.158	14.158	-	-	-	14.158
	Bancos conta movimento	7.2	19.629	19.629	19.629	-	-	-	19.629
	Operações compromissadas CDB	7.3	555.779	555.779	-	-	555.779	-	555.779
	Fundos de Investimentos - Garantia	7.4	49.484	49.484	-	-	-	-	49.484
	Operações compromissadas LAM	7.4	97	97	97	-	-	-	97
	Operações compromissadas debêntures (bloqueio judicial)	7.4	76	76	76	-	-	-	76
	Braskem Ações	7.4	515	515	-	-	515	515	-
	Conta Investimento Caylon	7.4	136	136	136	-	-	-	136
	Contas a receber de clientes	8	340.928	340.928	340.928	-	-	-	340.928
	Outros créditos		28.636	28.636	28.636	-	-	-	28.636
	Depósitos judiciais	20.2	97.396	97.396	97.396	-	-	-	97.396
	Fornecedores	15.2	(535.054)	(535.054)	(535.054)	-	-	-	535.054
	Empréstimos e financiamentos	16.2	(569.799)	(569.799)	(569.799)	-	-	-	569.799
	Swap sobre empréstimos		(1.671)	(1.671)	-	-	(1.671)	-	(1.671)
	NDF´s		(1.691)	(1.691)	(1.691)	-	-	-	(1.691)
			(1.381)	(1.381)	(605.488)	-	554.623	515	(1.896)

33.5. Mensuração e hierarquia do valor justo--Continuação

		Consolidado						
		2019						
		Classificação de ativos (NBC TG 48/IFRS 9)					Hierarquia do Valor Justo	
NE	Valor Contábil	Valor Justo	Custo Amortizado	VJR	VJORA	Nível 1	Nível 2	
Caixa	7.2	14.168	14.168	14.168	-	-	-	14.168
Bancos conta movimento	7.2	22.910	22.910	22.910	-	-	-	22.910
Operações compromissadas CDB	7.3	592.444	592.444	-	-	592.444	-	592.444
Operações compromissadas DI	7.3	95.966	95.966	-	-	95.966	-	95.966
Fundos de Investimentos - Garantia	7.4	49.484	49.484	-	-	-	-	49.484
Aplicações CDB - Garantia	7.4	7.129	7.129	-	-	-	-	7.129
Operações compromissadas LAM	7.4	179	179	179	-	-	-	179
Operações compromissadas debêntures (bloqueio judicial)	7.4	76	76	76	-	-	-	76
Braskem Ações	7.4	515	515	-	-	515	515	-
Conta investimento Caylon	7.4	143	143	143	-	-	-	143
Contas a receber de clientes	8	872.491	872.491	872.491	-	-	-	872.491
Outros créditos		61.399	61.399	61.399	-	-	-	61.399
Depósitos judiciais	20.2	133.404	133.404	133.404	-	-	-	133.404
Fornecedores	15.2	(535.298)	(535.298)	(535.298)	-	-	-	(535.298)
Empréstimos e financiamentos	16.2	(949.891)	(949.891)	(949.891)	-	-	-	(949.891)
Swap sobre empréstimos		(1.671)	(1.671)	-	-	(1.671)	-	(1.671)
NDF´s		(1.691)	(1.691)	(1.691)	-	-	-	(1.691)
		361.757	361.757	(382.110)	-	87.254	515	361.242

33.5. Mensuração e hierarquia do valor justo--Continuação

	Consolidado						
	2018						
	Valor contábil	Valor justo	Classificação de ativos (CPC 48/IFRS 9)			Hierarquia do valor justo	
			Custo amortizado	VJR	VJORA	Nível 1	Nível 2
Caixa	10.954	10.954	10.954	-	-	-	10.954
Bancos conta movimento	27.012	27.012	27.012	-	-	-	27.012
Operações compromissadas Debêntures	-	-	-	-	-	-	-
Operações compromissadas CDB	93.294	93.294	-	93.294	-	-	93.294
Operações compromissadas CDI	92.683	92.683	-	92.683	-	-	92.683
Fundos de investimentos	45.248	45.248	-	45.248	-	-	45.248
Bancos Bloqueio Judicial	844	844	844	-	-	-	844
CDB Bloqueio Judicial	337	337	337	-	-	-	337
Operações compromissadas Fundos de Investimentos - Garantia	73.647	73.647	73.647	-	-	-	73.647
Aplicações CDB – Garantia	20.367	20.367	20.367	-	-	-	20.367
Braskem Ações	1.029	1.029	-	1.029	-	1.029	-
Bloqueio Judicial	590	590	590	-	-	-	590
Contas a receber de clientes	750.897	750.897	750.897	-	-	-	750.897
Outros créditos	52.810	52.810	52.810	-	-	-	52.810
Depósitos judiciais	123.790	123.790	123.790	-	-	-	123.790
Fornecedores	(490.223)	(490.223)	(490.223)	-	-	-	(490.223)
Empréstimos e financiamentos	(1.016.331)	(1.016.331)	(1.016.331)	-	-	-	(1.016.331)
Swap sobre empréstimos	716	716	-	716	-	-	716
NDF´s	(895)	(895)	-	-	(895)	-	(895)
	(119.752)	(119.752)	(386.691)	263.121	3.818	1.029	(120.781)

34. Informações por segmento de negócio

34.1. Política contábil

Como forma de gerenciar suas atividades tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia classificou seus negócios em varejo e operações de crédito. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características para cada uma das divisões são:

- (i) Varejo: comércio de artigos de vestuário (moda feminina, masculina e infantil), perfumaria, cosméticos, relógios, com foco em consumidores da classe C e D, em lojas físicas e e-commerce.
- (ii) Produtos e serviços financeiros: operações cartão de crédito - por meio do Cartão Marisa e "Co-Branded" Marisa-Itaucard, gerenciados pela controlada Club, ofertam aos consumidores da Companhia o crédito para aquisição de produtos, além de seguros, pagamento de contas; e, operações de crédito pessoal, sendo oferta de empréstimo pessoal aos consumidores da Companhia.

	2019			
	Varejo	Operações cartões de crédito	Operações crédito pessoal	Saldo consolidado
Receita líquida de clientes externos	2.278.053	214.868	389.502	2.882.422
Custos do segmento	(1.200.483)	(157.085)	(193.375)	(1.550.943)
Lucro bruto	1.077.570	57.783	196.127	1.331.479
Despesas com vendas	(656.559)	(9.381)	(22.711)	(688.652)
Despesas gerais e administrativas	(179.476)	(49.470)	(20.041)	(248.987)
Outras receitas (despesas) operacionais	11.816	(10.786)	52	1.082
Resultado operacional do segmento	253.351	(11.854)	153.427	394.922
Depreciação e amortização				(327.990)
Receitas financeiras				34.935
Despesas financeiras				(181.811)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social				(79.944)

	2018			Saldo consolidado
	Varejo	Operações cartões de crédito	Operações crédito pessoal	
Receita líquida de clientes externos	2.167.492	372.348	224.299	2.764.139
Custos do segmento	(1.153.034)	(266.640)	(110.199)	(1.529.873)
Lucro bruto	1.014.458	150.708	114.100	1.234.266
Despesas com vendas	(923.172)	-	-	(923.172)
Despesas gerais e administrativas	(200.660)	(45.013)	(11.166)	(256.839)
Outras despesas operacionais	379.556	(17.217)	1.320	363.659
Resultado operacional do segmento	270.182	43.478	104.254	417.914
Depreciação e amortização				(137.906)
Receitas financeiras				406.497
Despesas financeiras				(133.248)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social				553.257

35. Cobertura de seguros

35.1. Política contábil

A Companhia e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

35.2. Composição da cobertura de seguros

	Controladora	
	2019	2018
Responsabilidade civil	10.000	10.000
Riscos diversos - estoques e imobilizados	219.900	219.900
Transportes	55.000	55.000
D&O - responsabilidade civil	35.000	25.000
Veículos	16.800	21.944
	336.700	331.844

36. Outros compromissos

Em 17 de dezembro de 2019, a Companhia firmou o Acordo de Parceria com a Magazine Luiza S.A. ("Magazine Luiza") com o intuito de melhorar o mix de produtos com a categoria de celulares e acessórios, assim como alavancar o fluxo de clientes em loja, em mais de 300 lojas da Companhia.

Pela concessão ao Magazine Luiza do direito de ocupação e exploração de suas lojas, a Companhia poderá receber o valor mínimo garantido de R\$22.500 mil no ano de 2020 e R\$30.000 mil nos anos de 2021 a 2024, o que representa simbolicamente um valor médio por filial por mês, desde que atingidos um número mínimo de lojas e que não ocorra qualquer atraso.

37. Eventos subsequentes

Em consonância com o Ofício Circular nº 02/2020 emitido em 10 de março de 2020 pela CVM, a Companhia constantemente tem avaliado os potenciais impactos do Coronavírus (COVID-19) nas áreas administrativas e de operações (lojas e centros de distribuição) e tem tomado algumas medidas visando frear a disseminação da doença e minimizar os impactos econômicos. Ressalta-se ainda que até o momento não houve impacto relevante ou material em seus negócios que justificasse alteração nos números relativos a 31 de dezembro de 2019. A Companhia continuará avaliando tais impactos e riscos e fará as divulgações necessárias quando pertinentes.

Parecer do Comitê de Auditoria

Os membros do Comitê de Auditoria da Marisa Lojas S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no seu Regimento Interno, procederam ao exame e análise das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas do parecer sem ressalva dos auditores independentes da ERNST & YOUNG Auditores Independentes, de 17 de março de 2020, do relatório anual da Administração, e considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pelos auditores independentes, são de opinião, que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela sociedade no período, e reúnem condições de serem submetidos à apreciação e aprovação do Conselho de Administração e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, para deliberação pelos acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo, 17 de março de 2020.

Membros do Comitê de Auditoria:

Carlos Roberto de Albuquerque Sá

Coordenador do Comitê

Sérgio Moreno

Membro do Comitê

Michel Terpins

Membro do Comitê

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos

Administradores e Acionistas da

Marisa Lojas S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Marisa Lojas S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Marisa Lojas S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não

expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Adoção de novas Normas Contábeis - NBC TG 06 (R3) - Operações de arrendamento mercantil

Conforme divulgado na Nota Explicativa 6.2, em 1º de janeiro de 2019, a Companhia adotou o Pronunciamento Técnico NBC TG 06 (R3) - Operações de arrendamento mercantil, equivalente ao IFRS 16 – Leases emitido pelo IASB, que resultou no reconhecimento, em 1º de janeiro de 2019, de ativo por direito de uso e passivo de arrendamento nos montantes consolidados de R\$657.100 e R\$657.100, respectivamente.

Consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria devido à magnitude dos valores resultantes da mensuração do ativo por direito de uso e do passivo de arrendamento, ao processo de adoção envolver interpretação de pronunciamento técnico complexo, à implementação de novos processos para coleta de dados e julgamentos e premissas significativos utilizados pela Administração na determinação da taxa incremental de juros e dos prazos dos contratos de arrendamento, que são estimativas-chaves utilizadas para estimar o ativo por direito de uso e o passivo de arrendamento.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação das políticas contábeis da Companhia, da integridade da base de contratos identificados e sujeitos à adoção do novo pronunciamento técnico, da interpretação da Administração dos termos e condições dos contratos de arrendamento e da razoabilidade dos julgamentos e premissas significativos utilizados pela Administração na determinação dos prazos dos contratos e da taxa incremental de juros, além dos testes nos cálculos efetuados pela Administração que determinaram os saldos de ativo por direito de uso e passivo de arrendamento e a avaliação das divulgações na Nota Explicativa 6.2 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Como resultado destes procedimentos identificamos ajuste de auditoria indicando a necessidade de complemento das despesas com juros, sendo este montante não registrado pela Administração tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a adoção do IFRS16/NBC TG 06 (R3), que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e as premissas adotados pela Administração assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa 6.2, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Conforme divulgado na Nota Explicativa 8, a Companhia, por meio de sua controlada direta Club Administradora de Cartões de Crédito Ltda., administra o cartão *private label*, chamado “Cartão Marisa” e por meio de sua controlada indireta SAX S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, realiza operação de crédito direto ao consumidor. As contas a receber registradas por estas controladas estão sujeitas às análises de risco de crédito e são reduzidas pelo reconhecimento da provisão para créditos de liquidação duvidosa, que totalizou R\$153.895 em 31 de dezembro de 2019 conforme divulgado na referida Nota Explicativa.

Consideramos a provisão para créditos de liquidação duvidosa como um principal assunto de auditoria, uma vez que é uma estimativa que requer julgamento significativo, além de um conjunto de fatores a serem considerados pela Administração na determinação do seu valor, tais como: níveis de inadimplência, políticas de renegociação e o histórico da qualidade da carteira. Adicionalmente, destacamos a importância da estimativa pela relevância dos montantes envolvidos, alta pulverização das operações (tíquete médio baixo) e o alto volume de transações.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, teste de conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica, análise da razoabilidade da política e sua aderência às normas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, recálculo da provisão com base na política estabelecida que inclui, entre outros aspectos, considerações em relação aos níveis de risco e atraso das operações, e a avaliação das divulgações na Nota Explicativa 8 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisão para demandas judiciais tributárias

A Companhia é parte envolvida em processos administrativos e judiciais oriundos de diversas disputas tributárias, cuja provisão em 31 de dezembro de 2019 era no montante consolidado de R\$101.374, conforme divulgado na Nota Explicativa 20. A avaliação das probabilidades de perda e a mensuração da provisão para demandas judiciais e tributárias requerem julgamento por parte da Administração, que conta com o suporte das opiniões legais dos seus assessores jurídicos internos e externos. Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia, que são base para exercer esse julgamento, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias e o desenvolvimento das disputas tributárias nos tribunais, podem impactar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de forma relevante.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia é parte em disputas tributárias que somam R\$837.712, as quais não estão provisionadas nas demonstrações financeiras consolidadas devido à avaliação por parte da Administração, suportada por seus assessores jurídicos externos e internos, de que o prognóstico de perda é possível.

Consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos e ao fato de que a avaliação das probabilidades de perda e a mensuração da provisão para demandas judiciais tributárias envolvem alto grau de julgamento profissional por parte da Administração em conjunto com os seus assessores jurídicos externos e internos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação das políticas contábeis adotadas pela Companhia para a classificação dos processos administrativos e judiciais entre perda provável, possível ou remota, incluindo as premissas utilizadas para mensuração dos montantes a serem registrados como provisão para demandas judiciais tributárias. Analisamos as provisões reconhecidas e os processos divulgados relacionados às contingências classificadas como perda possível, levando em consideração as avaliações elaboradas pelos assessores jurídicos externos e internos da Companhia. Obtivemos evidências sobre os riscos de perdas considerados pela Companhia nos principais processos, incluindo a revisão da documentação suporte, pareceres e opiniões legais, bem como as confirmações externas dos assessores jurídicos da Companhia contendo o estágio atual e o prognóstico de perda de cada processo tributário. Como resultado destes procedimentos identificamos ajuste de auditoria indicando a necessidade de complemento da provisão para contingências tributárias, sendo este montante não registrado pela Administração tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Nota Explicativa 20 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2019.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para demandas judiciais tributárias, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa 20, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ambiente de tecnologia

Devido ao volume de transações e pelo fato das operações da Companhia e suas controladas serem altamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, somados à natureza do seu negócio e sua dispersão geográfica, consideramos o ambiente de tecnologia como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de TI (“ITGCs”) implementados pela Companhia para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria. A avaliação dos ITGCs incluiu procedimentos de auditoria para avaliar os controles sobre os acessos lógicos, gestão de mudanças, processamentos de relatórios e outros aspectos de tecnologia. No que se refere à auditoria dos acessos lógicos, analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários.

Além disso, avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia. No que se refere ao processo de gestão de mudanças, avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas pela Administração da Companhia. Também analisamos o processo de gestão das operações, com foco nas políticas para realização de salvaguarda de informações e a tempestividade no tratamento de incidentes. Por fim, avaliamos o processo de geração e extração de relatórios que suportam os saldos contábeis e executamos testes de aderência sobre as informações produzidas pelos sistemas da Companhia. Envolvemos nossos profissionais de tecnologia para nos auxiliar na execução desses procedimentos.

Identificamos deficiências no processo de gestão de acesso, tais como concessão, revogação e alteração de acesso, bem como a existência de usuários com acesso privilegiado em alguns sistemas. Foram identificadas também deficiências na geração e no processamento de determinados relatórios extraídos por alguns dos sistemas envolvidos.

As deficiências no desenho e operação dos ITGCs alteraram nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências suficientes e adequadas de auditoria referentes a 31 de dezembro de 2019. Levando isto em consideração, baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 14 de março de 2019, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de março de 2020.

ERNST & YOUNG

Audidores Independentes S.S.

CRC-2SP034519/O-6

Patricia Nakano Ferreira

Contadora CRC-1SP234620/O-4

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal examinou as Demonstrações Financeiras e correspondentes Notas Explicativas, o Relatório Anual da Administração e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

O Conselho Fiscal ao longo do exercício, acompanhou os trabalhos de reporte da Companhia por intermédio de reuniões, apresentações e solicitações de esclarecimentos sobre o entendimento das questões contábeis, patrimoniais e de gestão relevantes com representantes da Administração da Companhia.

Com base nesses trabalhos e no Relatório emitido pela EY Auditores Independentes, sem ressalvas, expedido nesta data, os Conselheiros Fiscais opinam que as Demonstrações Financeiras e correspondentes Notas Explicativas e o Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, estão adequadamente apresentados e em condições de serem apreciados pelos acionistas da Companhia, quando da Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, 18 de março de 2020.

Eduardo Augusto Rocha Pocetti

Mauricio Graccho de Severiano Cardoso

Tito Leandro Trindade de Avila

Declarações da Diretoria sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração do Presidente

Eu, Marcelo Ribeiro Pimentel, declaro que:

Revisei este relatório das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, da Marisa Lojas S.A e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais Demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondente aos períodos apresentados.

São Paulo, 18 de março de 2020.

Marcelo Ribeiro Pimentel

Presidente

Declaração do Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores

Eu, Adalberto Pereira dos Santos, declaro que:

Revisei este relatório das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, da Marisa Lojas S.A e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais Demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondente aos períodos apresentados.

São Paulo, 18 de março de 2020.

Adalberto Pereira dos Santos

Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores

Declaração do Vice-Presidente Comercial

Eu, Marco Luiz Clasen Muraro, declaro que:

Revisei este relatório das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, da Marisa Lojas S.A e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais Demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondente aos períodos apresentados.

São Paulo, 18 de março de 2020.

Marco Luiz Clasen Muraro
Vice-Presidente Comercial

Declaração do Vice-Presidente de Operações

Eu, Alberto Kohn de Penhas, declaro que:

Revisei este relatório das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, da Marisa Lojas S.A e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais Demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondente aos períodos apresentados.

São Paulo, 18 de março de 2020.

Alberto Kohn de Penhas

Vice-Presidente de Operações

Declarações da Diretoria sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração do Presidente

Eu, Marcelo Ribeiro Pimentel, declaro que:

Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, da Marisa Lojas S.A., concordo com as opiniões expressas no parecer elaborado pela ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. não havendo qualquer discordância.

São Paulo, 18 de março de 2020.

Marcelo Ribeiro Pimentel
Presidente

Declaração do Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores

Eu, Adalberto Pereira dos Santos, declaro que:

Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, da Marisa Lojas S.A., concordo com as opiniões expressas no parecer elaborado pela ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. não havendo qualquer discordância.

São Paulo, 18 de março de 2020.

Adalberto Pereira dos Santos
Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores

Declaração do Vice-Presidente Comercial

Eu, Marco Luiz Clasen Muraro, declaro que:

Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, da Marisa Lojas S.A., concordo com as opiniões expressas no parecer elaborado pela ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. não havendo qualquer discordância.

São Paulo, 18 de março de 2020.

Marco Luiz Clasen Muraro
Vice-Presidente Comercial

Declaração do Vice-Presidente de Vendas e Operações

Eu, Alberto Kohn de Penhas, declaro que:

Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, da Marisa Lojas S.A., concordo com as opiniões expressas no parecer elaborado pela ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. não havendo qualquer discordância.

São Paulo, 18 de março de 2020.

Alberto Kohn de Penhas
Vice-Presidente Comercial